



INSTITUTO POLITÉCNICO DE COIMBRA

Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra

Mestrado em Auditoria Empresarial e Pública

Relatório de Estágio no Instituto de Telecomunicações – Pólo de Coimbra, na área de

Controlo de Gestão e Auditoria

Julie Cordeiro

Coimbra

2014



INSTITUTO POLITÉCNICO DE COIMBRA

Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra

Mestrado em Auditoria Empresarial e Pública

Relatório de Estágio no Instituto de Telecomunicações – Pólo de Coimbra, na área de

Controlo de Gestão e Auditoria

Supervisor: Professor Doutor Henrique Silva

Orientadora: Professora Doutora Georgina Morais

Local de Estágio: Instituto de Telecomunicações

Julie Cordeiro

Coimbra

2014

Agradecimentos

“Determinação, coragem e autoconfiança são fatores decisivos para o sucesso...”, (Lama, Dalai), mas por detrás de tudo isto esconde-se uma base de apoio, carinho, amor incondicional, críticas, comentários e sugestões que advêm de uma diversidade de pessoas.

Graças a estas palavras sábias e de tamanha importância chego hoje a esta fase da minha vida.

Em primeiro lugar agradeço aos meus pais, em especial ao meu Pai por todos os conselhos que me deste quando precisei, por todas as palavras de coragem quando estava prestes a quebrar, por todo o carinho e amor, pelo grande amigo que sempre foste, à minha Mãe pela sua dedicação e trabalho, por me mostrar que ambos significam mérito e realização, pelo teu olhar e sorriso, sem ser preciso palavras para perceber o quanto te preocupas e desejas o meu melhor, pelo teu amor incondicional.

Ao meu irmão, por me mostrar que lutando conseguimos chegar aos nossos objetivos, que é mais fácil sentir-nos realizados do que pensamos, pela tua dedicação enquanto profissional, pelo teu apoio incondicional, por me motivares a querer mais do que tenho, pela tua preocupação e orgulho.

Ao meu namorado, por todo o amor que me demonstras a cada dia que passa, pelo teu apoio e admiração na pessoa que sou, pelo orgulho que tens nas minhas vitórias, pela palavra amiga quando mais precisei, por não me deixares desistir de nada.

Agradeço também aos meus amigos, em especial à Ana, à Tânia, à Diana, ao Paulo e ao Tiago, pela vossa amizade, carinho, ajuda e orgulho que sempre demonstraram nos momentos mais difíceis.

Finalmente agradeço a todos os meus docentes, por contribuírem para a minha formação académica, em especial à minha orientadora, a Professora Georgina Morais, por toda a disponibilidade prestada, pela sua ajuda e apoio nesta fase final, bem como ao meu supervisor, Professor Henrique Silva, pela possibilidade de realizar o meu estágio curricular, sem nunca esquecer a minha colega e amiga de trabalho, Liliana, por me ter ajudado, ensinado, apoiado e pela sua amizade tão valiosa.

Resumo

O presente relatório propõe relatar o trabalho desenvolvido no Instituto de Telecomunicações – Pólo de Coimbra, enquanto vertente de estágio curricular que teve a duração de 960 horas. Este mesmo estágio tem como objetivo final a conclusão do Mestrado em Auditoria Empresarial e Pública, 2º Ciclo de estudo, do Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra.

Este mesmo estágio, surge paralelamente com a necessidade do Instituto de Telecomunicações necessitar de implementar novas medidas de controlo, para assim responder com eficácia às suas necessidades diárias, bem como melhoria das medidas já existentes.

Sendo que, o principal objetivo durante o mesmo se focasse na realização de uma Auditoria às contas da Instituição para garantir a fiabilidade da informação financeira da mesma.

Para melhor aproximação à realidade do trabalho desenvolvido na Instituição, coloquei alguns papéis de trabalho, utilizados pela mesma, que me serviram de suporte.

Finalizarei o relatório com algumas notas pessoais acerca de todo o trabalho desenvolvido.

Palavras-Chaves: Controlo, Auditoria.

Abstract

This report proposes to report the work done at the Institute of Telecommunications - Coimbra Pole, as part of curricular internship that lasted 960 hours. This stage has the same ultimate goal of completing a Master of Business and Public Auditing, 2nd cycle of study, the Institute of Accounting and Administration of Coimbra.

This same stage, alongside the need arises Institute of Telecommunications need to implement new control measures, so as to respond effectively to their daily needs as well as improving existing measures.

Since the main objective during the same would focus on the realization of an audit the accounts of the institution to ensure the reliability of financial reporting of the same.

For better approximation to the reality of work in the institution, put some work papers, used for the same, which served me support.

I conclude the report with a few personal notes on all the work.

Key Words: Control, Audit.

Lista de abreviaturas

AIA – *American Institute of Accountants*

AICPA – *American Institute of Certified Public Accountants*

COSO – *Committee of Sponsoring Organization of the Treadway Commission*

DRA – *Diretriz de Revisão/Auditoria*

FASB – *Financial Accounting Standards Board*

FEE – *Fédération des Experts Comptables Européens*

GAO – *General Accounting Office*

IAASB – *International Auditing and Assurance Standards Board*

IFAC – *International Federation of Automatic Control*

IIA – *Institute of Internal Auditors*

INTOSAI – *The International Organization of Supreme Audit Institutions*

IPAI – Instituto Português de Auditores Internos

ISA – *Internacional Standard on Auditing*

ISACA – *Information Systems Audit and Control Association*

ISCAC – Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra

ISCTE-IUL – Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa – Instituto Universitário de Lisboa

IST – Instituto Superior Técnico

IT – Instituto de Telecomunicações

IT – Interpretações Técnicas

IT-Coimbra – Instituto de Telecomunicações – Pólo de Coimbra

NAGA – *Normas de Auditoria Geralmente Aceites*

NAO – *National Accounting Office*

NSN – Nokia Siemens Networks

NTRA – Normas Técnicas de Revisão/Auditoria

OROC – Ordem dos Revisores Oficiais de Contas

PhD – Grau de Doutoramento

Ptin – Portugal Telecom Inovação, S.A.

RT – Recomendações Técnicas

UA – Universidade de Aveiro

UBI – Universidade da Beira Interior

UC – Universidade de Coimbra

UEC – *Union Européene des Experts Comptables Economiques et Financiers*

UP – Universidade do Porto

Índice

Agradecimentos.....	III
Resumo.....	IV
Abstract	V
Lista de abreviaturas	VI
Índice de Figuras	X
Índice de Quadros	XI
Índice de Tabelas.....	XII
Índice de Anexos	XIII
Introdução	13
Capítulo I – Enquadramento da Entidade.....	14
1. Instituto de Telecomunicações	14
1.1. História do Instituto de Telecomunicações.....	14
1.2. Organização.....	14
1.3. Visão geral do Instituto de Telecomunicações.....	14
2. Instituto de Telecomunicações – Pólo de Coimbra.....	17
2.1. Colaboradores do IT-Coimbra.....	17
3. Objetivos do Estágio	19
Capítulo II – Enquadramento Teórico: Controlo e Auditoria	20
I. Conceito de Controlo Interno.....	20
1.1. Objetivos e Componentes de Controlo Interno	21
1.2. Relação entre as componentes e os objetivos do controlo interno	22
1.3. Factores que influenciam o controlo interno.....	28
1.4. Tipos de Controlo Interno	29
1.5. Limitações.....	31
II. Conceito de Auditoria	33
2.1.Princípios, Normas e Diretivas	34
2.2. Tipos de Auditoria	36

2.3. Análise comparativa: Auditoria Interna e Auditoria Externa.....	38
2.4. Diferenças do trabalho do auditor interno e auditor externo	42
2.5. Métodos e Técnicas de Auditoria.....	44
2.6. Fases de Auditoria	46
Capítulo III: Atividades Desenvolvidas	52
III. Adaptação, Integração e conhecimento do negócio	52
3.1. Trabalho Desenvolvido.....	52
3.2. Aspetos Críticos.....	76
Bibliografia	78
ANEXOS	80

Índice de Figuras

Figura 1: Pirâmide de <i>COSO</i>	23
Figura 2: Cubo do <i>COSO I</i>	26
Figura 3: <i>COSO I</i> vs <i>COSO II</i>	27
Figura 4: Relação entre os objetivos e as componentes	28
Figura 5: Fases de Auditoria	47
Figura 6: O Planeamento de Auditoria.....	49

Índice de Quadros

Quadro 1: Exemplos do Sistema de Controlo	30
Quadro 2: Indicadores de referência para o cálculo da materialidade.....	41
Quadro 3: Principais diferenças entre Auditor Interno/Externo.....	43

Índice de Tabelas

Tabela 1 - ITC3_gera_relatório.....	53
Tabela 2 - Relatório do CC X, Ano 2013.....	57
Tabela 3 - Relatório do CC Y, Ano 2013.....	58
Tabela 4 - Quadro resumo da Auditoria à Delegação de Leiria.....	61
Tabela 5 - Tabela resumo de IVA apurado em cada Ano	65
Tabela 6 - Tabela de Receitas referente a 2005.....	66
Tabela 7 - Exemplo de um Pedido de Pagamento.....	69

Índice de Anexos

Anexo 1 - Tabela de Saldos Iniciais e Cabimentos	81
Anexo 2 - Tabela de Controlo de Conciliação Bancária (Exemplo)	82
Anexo 3 - Base de Dados de registo de todas as Despesas (Exemplo)	83
Anexo 4 - Base de Dados de registo de todas as Receitas (Exemplo)	84
Anexo 5 - Tabela Base nas Auditorias (Saldos Finais)	85
Anexo 6 - Exemplo de Resumo do Fecho de Contas	86
Anexo 7 - Exemplo de Relatório de Fecho de Contas	87

Introdução

O presente Relatório de Estágio, consequência do Estágio Curricular realizado no Instituto de Telecomunicações-Pólo de Coimbra, intitulado “Controlo de Gestão e Auditoria”, surge com o objetivo de cumprir o disposto da alínea b) do n.º 9 da parte III, da secção 1 do Regulamento dos Cursos de 2º Ciclo (Mestrados) do Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra (ISCAC).

O Estágio Curricular desenvolveu-se no Instituto de Telecomunicações (IT), no Pólo de Coimbra, com a duração de 960 horas. A Instituição tem como área de negócio a Investigação Científica.

O atual Estágio surgiu da necessidade de responder a algumas questões pertinentes relacionadas com a área de negócio do Instituto de Telecomunicações, no âmbito do seu desempenho em termos de resultados económico-financeiros.

A Instituição considerou relevante apreciar a eficácia desta área de negócios, uma vez que nos encontramos numa economia cada vez mais competitiva, sendo de todo o interesse para a organização avaliar o seu desempenho.

O Planeamento e o Controlo são instrumentos necessários que auxiliam os membros da organização a desenvolverem ações inerentes às partes interessadas. Desde que exista um sistema de informação que faça uma recolha e seleção da informação mais relevante, será possível tomar-se decisões como avaliar o desempenho de cada elemento responsável.

O Relatório divide-se em três capítulos principais: no primeiro capítulo será feita uma apresentação da Instituição acolhedora. No segundo capítulo, serão explicados os conceitos fundamentais Controlo de Gestão e Auditoria, como eles próprios se relacionam e alguns conhecimentos dos regulamentos utilizados durante o Estágio. Num terceiro capítulo, são explicadas as atividades desenvolvidas durante o Estágio.

Por último constam algumas notas pessoais sobre todo o trabalho desenvolvido na Instituição.

Capítulo I – Enquadramento da Entidade

1. Instituto de Telecomunicações

1.1. História do Instituto de Telecomunicações

A criação do Instituto de Telecomunicações resulta de uma subvenção de 7,5 milhões de euros provenientes do programa Ciência, através de três contratos assinados em 1991, um por cada dos membros da Universidade (Aveiro, Coimbra e Lisboa). Separadamente e complementarmente foi assinado um acordo entre a Universidade Aveiro e a Portugal Telecom. Este investimento permitiu a construção de novas infraestruturas e o equipar de laboratórios de pesquisa.

Consequência dos contratos iniciais, para além das infraestruturas pertencerem às Universidades membro, e como regra imposta pela Ciência, os membros fundadores fornecem a maior parte dos recursos humanos necessários para esta missão.

1.2. Organização

O Instituto de Telecomunicações é administrado por um Concelho de Administração e as atividades científicas por um Concelho Científico, sendo que este mesmo Concelho se reúne duas vezes por ano para discutir o Plano de Trabalho e Orçamento, sobre o Relatório Anual e qualquer questão que venha a suscitar. Tanto o Plano de Trabalho como o Orçamento e o Relatório de Contas (após a sua certificação legal) são posteriormente submetidos a aprovação por parte da Assembleia Geral.

1.3. Visão geral do Instituto de Telecomunicações

O Instituto de Telecomunicações (IT), é uma organização privada, sem fins lucrativos, de interesse público, tendo uma parceria com oito instituições de pesquisa e desenvolvimento no domínio das Telecomunicações, nomeadamente:

- Instituto Superior Técnico (IST);
- Universidade de Aveiro (UA);
- Universidade de Coimbra (UC);
- Portugal Telecom Inovação, S.A. (Ptin);
- A Nokia Siemens Networks (NSN);
- ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE - IUL);
- Universidade da Beira Interior (UBI);
- Universidade do Porto.

A sua Missão é de criar e divulgar o conhecimento Científico na área das Telecomunicações.

O IT, está ativamente envolvido na Investigação fundamentada e aplicada a nível Nacional e Internacional. Simultaneamente, o IT, está interessado/envolvido em promover a Educação Superior e da Formação, através do acolhimento de alunos bolseiros e aulas de Pós-Graduação.

Desempenha também o seu papel perante a Sociedade Pública, com algumas iniciativas de consciencialização pública, a transferência do conhecimento para a Indústria e na prestação de Serviços de Consultoria, numa base não corrente.

O IT é organizado por três sítios e quatro ramos, sendo eles:

- Aveiro, no Campus Universitário;
- Coimbra, no Pólo II da Universidade de Coimbra;
- Lisboa, no Instituto Superior Técnico;
- Porto, na Faculdade de Engenharia e na Faculdade de Ciências de Universidade do Porto;
- Covilhã, na Universidade da Beira Interior;
- Leiria, no Instituto Politécnico de Leiria, e
- Lisboa, no ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa.

Alguns investigadores do IT estão localizados em outras Unidades de Ensino Superior em Portugal, nomeadamente nas Universidades do Algarve, Universidade de Évora e na Universidade Nova de Lisboa.

Os conhecimentos Científicos do IT, a partir dos quais segue as suas principais atividades de pesquisa e ensino, abrangem as seguintes áreas:

- Wireless Communications;
- Comunicações Óticas;
- Redes e Multimédia, e
- Ciências Básicas e Tecnologias Facilitadoras.

2. Instituto de Telecomunicações – Pólo de Coimbra

O Pólo de Coimbra, futuramente designado por IT-Coimbra, é um Pólo do Instituto de Telecomunicações. Este é munido de autonomia, praticando os atos de gestão inerentes ao desenvolvimento de Projetos de Investigação.

O IT-Coimbra tem a sua sede em Coimbra, possuindo as suas próprias instalações integradas no edifício do Departamento de Engenharia Eletrotécnica e de Computadores, seu Associado Fundador, a Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.

Para além da sua sede em Coimbra, o IT-Coimbra tem um vínculo privilegiado com a Delegação do IT localizada em instalações da Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico de Leiria, em Leiria, sendo a sua gestão feita pelo IT-Coimbra. Anteriormente também existia um vínculo com o Laboratório Externo do IT localizado nas instalações da Universidade da Beira Interior, na Covilhã, mas que desde Março do presente ano, passou a ser gerido pelo Pólo de Lisboa, por decisão da Comissão de Científica de Gestão.

2.1. Colaboradores do IT-Coimbra

São definidos pelo IT-Coimbra como colaboradores do mesmo os seguintes:

“(a) O representante do IT-Coimbra na Direção do IT (eleito em Assembleia Geral);

(b) os docentes, investigadores ou funcionários do associado que sejam indicados por este ou o solicitem e, por delegação da Direção do IT, sejam aceites pela Comissão de Gestão do IT-Coimbra;

(c) Os docentes e investigadores de outras escolas superiores e laboratórios de investigação públicos ou privados que o solicitem e, por delegação da Direção do IT, sejam aceites pela Comissão de Gestão do IT-Coimbra;

(d) Os profissionais com relações contratuais de trabalho permanente ou a termo certo com o IT que desenvolvam as suas atividades no IT-Coimbra;

(e) Os bolsiros de investigação que desenvolvam as suas atividades no IT-Coimbra e, por delegação da Direção do IT, sejam aceites pela Comissão de Gestão do IT-Coimbra;

(d) Os alunos de mestrado e doutoramento do Associado Fundador, ou de outras instituições de ensino superior, que o solicitem e, por delegação da Direção do IT, sejam aceites pela Comissão de Gestão do IT-Coimbra.“ (Regulamento Interno Pólo de Coimbra, Capítulo I, artigo 4º, n.º1)

3. Objetivos do Estágio

Com a finalidade de assegurar a fidelidade dos registos e proporcionar credibilidade dos relatórios da Administração, e dada a disponibilidade e interesse demonstrada pela entidade foi acordado que durante o período de estágio seriam realizadas várias tarefas de Controlo e Auditoria.

A metodologia seguida para o desenvolvimento do Estágio foi baseada em diferentes etapas, sendo:

- Elaboração da Contabilidade Geral;
- Análises Pontuais;
- Reconciliações Bancárias;
- Contabilidade Analítica;
- Relatórios dos Centros de Custos semestrais;
- Verificar a concordância entre planos e orçamentos;
- Verificar se a contabilidade está de acordo com as necessidades verificadas nos diversos centros de responsabilidade;
- Realização de uma auditoria a cada centro de custo;
- Relatório de fecho de contas.

Após a realização destas tarefas, tinha-se como preocupação perceber se existia coerência entre os dados informáticos e o suporte em papel. Se a informação e situação financeira estava coerente com a realidade assumida pela entidade e de manter toda a informação credível para a possibilidade de tomada de decisões imediatas sempre que assim fosse necessário.

Capítulo II – Enquadramento Teórico: Controlo e Auditoria

I. Conceito de Controlo Interno

A fim de se entender melhor os temas tratados, o que se entende por Controlo, para além de ser um conceito intenso e alargado, pois abrange todas as operações de uma organização, ao longo dos anos surgiram várias definições para este mesmo tema.

De acordo com Moraes e Martins (2007:27) “*Controlo é qualquer ação empreendida pela gestão, pelo conselho e outros membros da entidade para aperfeiçoar a gestão de risco e melhorar a possibilidade do alcance dos objetivos e metas da organização.*”.

Vázquez (1999:39) que “... *o controlo consiste em verificar se tudo ocorre em conformidade com o plano adotado, as instruções dadas e os princípios estabelecidos.*”.

Costa refere (2010:223) “...*que o controlo interno compreende o plano de organização e todos os métodos e medidas adotados numa entidade para: (a) salvaguardar os ativos; (b) verificar a exatidão e a fidedignidade dos seus dados contabilísticos; (c) promover a eficácia operacional; e (d) encorajar o cumprimento das políticas prescritas pelos gestores.*”.

O IFAC, através da ISA 315 (2009:2) lê-se a seguinte definição: “*Controlo Interno – O processo concebido, implementado e mantido pelos encarregados da governação, pela gerência e por outro pessoal para proporcionar segurança razoável acerca da consecução dos objetivos de uma entidade com respeito à fiabilidade do relato financeiro, eficácia e eficiência das operações, e cumprimento de leis e regulamentos aplicáveis. O termo “controles” refere-se a quaisquer aspeto de um ou mais dos componentes de controlo interno*”.

Coopers & Lybrand (1997:16), define que o controlo interno “*é um processo feito pelo Conselho de Administração, gestão e outras pessoas de uma entidade projetado a fim de proporcionar um nível de segurança razoável de forma a alcançar os objetivos.*”, mais nos explica sobre a definição, afirmando que esta definição reflete certos conceitos fundamentais, tais como:

- Controlo Interno é um *processo*. É um meio para atingir um fim, e não um fim em si mesmo. Sendo um conjunto de ações que abarca todas as atividades, processos e tarefas da entidade.
- O controlo Interno é *levado a cabo por pessoas*. Não se trata simplesmente de um manual de políticas e documentos, mas também de todas as pessoas a todos os níveis da entidade.
- Controlo Interno só pode apontar um *grau de segurança razoável*. Não traz uma segurança total à entidade, uma vez que não consegue anular totalmente os riscos, apenas os pode minimizar.

Como se constatou, existem várias, definições de controlo, mais propriamente controlo interno, controlo este que qualquer empresa adota, ou deveria adotar, seja ela de pequena ou grande dimensão. A forte competitividade e a constante mudança no ambiente empresarial exige um maior planeamento de gestão, de forma eficaz e com eficácia na realização das suas atividades, sendo necessário definir ferramentas e meios que possibilitam uma noção vasta e real da situação concreta. O maior desafio que os gestores encontram na aplicação de um bom controlo interno é o de saber qual melhor se identifica com a sua organização, assim sendo, o fator primordial surge na necessidade de se avaliar o custo/benefício, na qual o benefício terá que ser superior ao custo, nunca esquecendo de avaliar também a eficiência dos fluxos e da informação.

1.1. Objetivos e Componentes de Controlo Interno

O IIA “*Institute of Internal Auditors*”, em 1989, identificou cinco objetivos fundamentais do Controlo Interno, sendo eles:

- Confiança e integridade da informação financeira;
- Conformidade com as políticas, planos, procedimentos, leis e regulamentos;
- Salvaguarda dos ativos;
- Utilização económica e eficiente de recursos;
- Realização dos objetivos para as operações ou programas.

Em 2013 o “*Committee of Sponsoring Organization of the Treadway Commission*”, doravante designado por COSO, definiu “*Controlo Interno como um processo levado a cabo pelo Conselho de Administração, Direção e outros membros da entidade com o objetivo de proporcionar um grau de confiança razoável na concretização dos seguintes objetivos:*

- *Eficácia e eficiência dos recursos;*
- *Fiabilidade da informação;*
- *Cumprimento das leis e normas estabelecidas”*

De acordo com o COSO, as componentes que compreendem o Controlo Interno são as seguintes:

- *“Ambiente de Controlo;*
- *Avaliação de riscos;*
- *Atividades de Controlo;*
- *Informação e comunicação, e*
- *Atividades de monitorização.”*

Os objetivos anteriores mencionados, são tão diferentes como ao mesmo tempo se completam, dizem respeito as diferentes necessidades, podendo estarem a cargo de diferentes responsáveis. Esta classificação permite-nos, assim, ficar a conhecer o que se pode esperar de cada categoria.

1.2. Relação entre as componentes e os objetivos do controlo interno

Qualquer tipo de controlo é fundamental para todas as organizações, sejam elas micro, pequenas ou grandes entidades. O exercício de controlo é fundamental para os gestores, até mesmo nas atividades elementares.

É importante que exista um controlo eficaz e adequado para cada tipo de organização, ajustado à sua medida e tempestividade. Este mesmo controlo é fundamental para se atingirem os resultados pretendidos de mais baixo custo. É do conhecimento de todos que uma informação distorcida conduz a uma tomada de decisão

incorreta e não realista, não preenchendo as necessidades de entidade. Na falta de procedimentos de controlo é constante a existência de irregularidades, erros e riscos para o negócio.

Como se refere a Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (OROC), com a DRA 410 (2000:3) “*Há um relacionamento direto entre os objetivos, que são o que uma tem em vista alcançar, e os componentes, que representam o que é necessário para atingir os objetivos. Em adição, o controlo interno relevante para toda a entidade, ou para qualquer das suas unidades operacionais ou segmentos.*”

Podemos referir que os objetivos e os componentes de controlo interno se relacionam, se completam em si mesmo, resultam consoante é realizada a gestão do negócio e do modo que são adaptadas ao mesmo. O modelo do COSO defende que estes objetivos reagem de uma forma ligada, criando coesão, formando assim um sistema integrado, respondendo dinamicamente perante as condições da mudança, Figura 1:

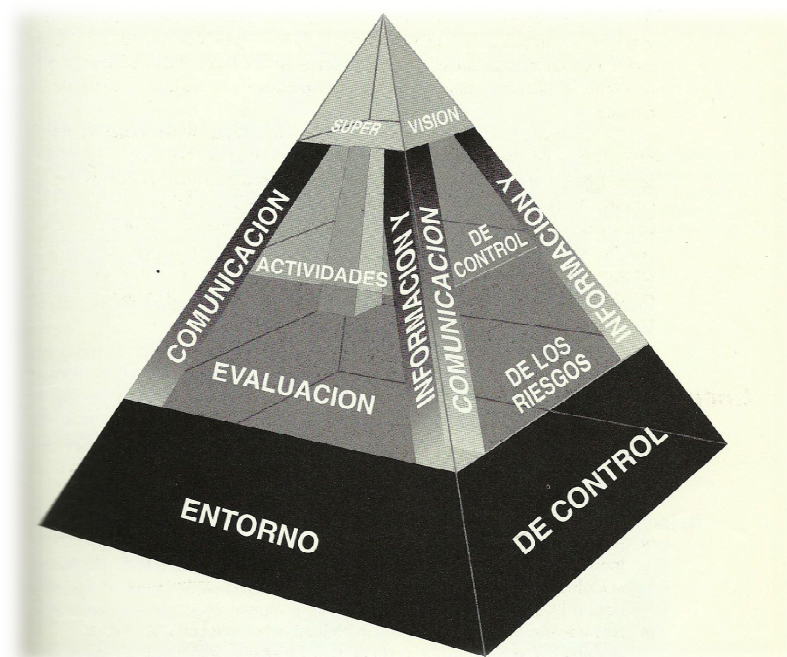


Figura 1: Pirâmide de *COSO*

Fonte: Coopers & Lybrand, 1997:21

A componente de controlo interno referido pelo IFAC, na ISA 315 (2009:22-24), o Ambiente de Controlo, este deve incluir as funções de governação e de gestão e as

atitudes, consciência e ações dos encargos tanto da governação como da gestão, no que diz respeito ao controlo interno e à sua importância na mesma.

O Ambiente de Controlo, de acordo com a mesma ISA, inclui elementos relevantes quando se alcança a compreensão do ambiente de controlo, sendo eles:

- Comunicação e obrigação da integridade e de valores éticos;
- Compromisso de competência;
- Participação dos encargados da governação;
- Filosofia da gerência e estilo operacional;
- Estrutural organizacional;
- Atribuição de autoridade e de responsabilidade, e
- Políticas e práticas de recursos humanos.

O ambiente de controlo, por norma, difere entre uma pequena entidade e uma grande entidade, uma vez que uma pequena entidade o mais frequente é que este ambiente seja variável e flexível, enquanto numa grande entidade o ambiente de controlo não pode ser flexível, os elementos de controlo devem estar explicitamente definidos num manual de controlo interno, num organograma, de forma a definir funções e cargos, para o conhecimento ser unânime em toda a organização.

Relativamente ao componente, o processo de avaliação do risco pela entidade, dizem respeito à forma que a entidade identifica e analisa os riscos que põem em causa o negócio, constituindo a base para a determinação de como os riscos são geridos. A OROC, a partir da DRA 400 (2000:5), menciona várias circunstâncias que podem fazer com que os riscos surjam ou mudem, sendo elas:

- Mudanças no ambiente operacional;
- Novo pessoal;
- Novos ou revistos sistemas de informação;
- Rápido crescimento;
- Novas tecnologias;
- Novas linhas de produtos ou atividades;
- Reestruturação de sociedades;
- Operações no estrangeiro;
- Normas contabilísticas.

A componente, sistema de informação, é relevante para a recolha, identificação e troca de informação de forma a todos assumirem as suas responsabilidades. A qualidade do sistema que leva a cabo a informação afeta a tomada de decisões apropriadas, por parte da gestão, no controlo das atividades e de originar relatos verdadeiros e adequados.

A componente do controlo interno, atividades de controlo, refere-se às políticas e procedimentos que garantem que as diretivas da gerência estão a ser levadas a cabo, minimizando o risco. As atividades de controlo têm vários objetivos e são aplicadas em diferentes níveis organizações e funcionais. A OROC, através da DRA 410 (2000) refere, também, que os procedimentos de controlo podem ser identificados como políticas e procedimentos que respeitem o seguinte:

- Análise do desempenho;
- Processamento da informação;
- Controlos físicos, e
- Segregação de funções.

No que se refere ao componente de controlo interno, monitorização de controlos, o IFAC, na ISA 315 (2009) explica que é uma atividade de extrema importância por parte da gestão de modo à mesma conseguir avaliar a eficácia e o desempenho do controlo ao longo do tempo e se estes vão sendo alterados face as alterações das condições.

Como já referido anteriormente, o Modelo do *COSO*, realça que cada um dos três objetivos, aqueles que uma entidade tem como prioridade atingir, e os componentes mencionados acima, que correspondem ao que é necessário para atingir as objetivos, existe um envolvimento direto, Figura 2:

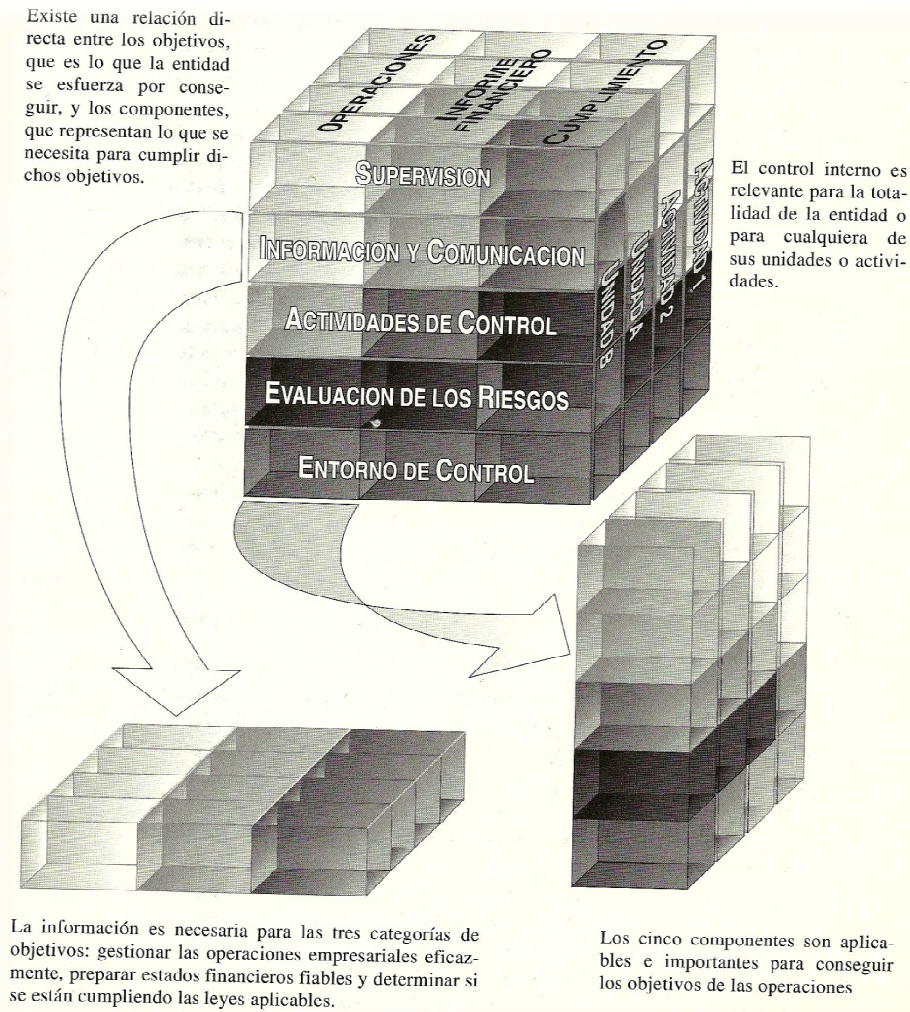


Figura 2: Cubo do *COSO I*

Fonte: Coopers & Lybrand, 1997:23.

- A primeira dimensão diz respeito as três categorias dos objetivos: operacionais, de informação e de cumprimento, estão representadas nas colunas verticais;
- A segunda dimensão refere-se às componentes de controlo interno, estes cinco componentes são importantes para se atingirem os objetivos, estando representadas por filas;
- Por fim, a terceira dimensão diz respeito ao controlo, controlo relevante para a entidade ou para qualquer unidade de atividade.

O Modelo do *COSO II*, em 2004, veio aumentar o Modelo do *COSO I*, em mais três componentes, passando então para oito componentes, sendo eles:

- Estabelecimento de objetivos;
- Identificação de eventos;
- Resposta ao risco.

Este mesmo modelo, *COSO II*, aumentou também para quatro as dimensões dos objetivos, incluindo o objetivo estratégico na gestão de risco. Figura 3:

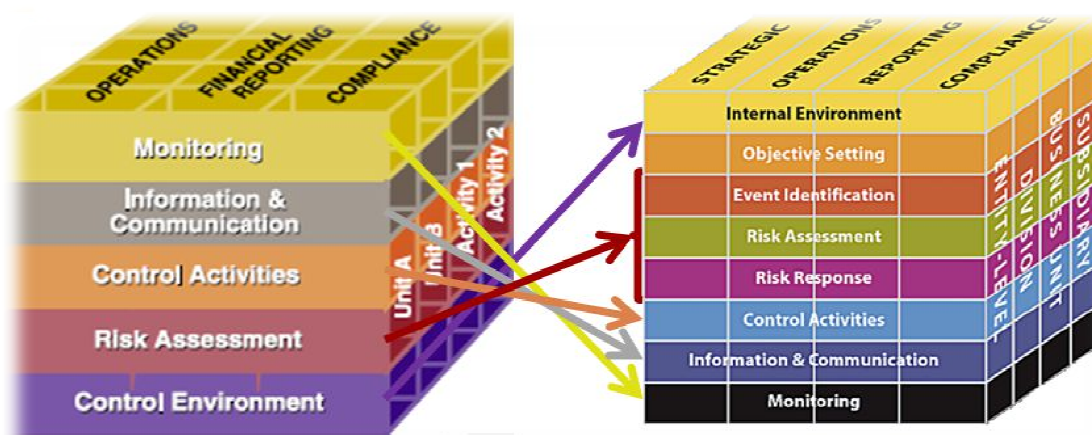


Figura 3: *COSO I vs COSO II*

Fonte: Adaptado do Modelo do *COSO*

O componente ao qual se refere o estabelecimento de objetivos, passando a ser o segundo, refere-se aos objetivos definidos pela administração em concordância com a missão, visão e possíveis riscos da entidade.

O novo terceiro componente, identificação de eventos, reporta-se aos possíveis eventos, tanto internos como externos, que possam dificultar a implementação da estratégia e cumprimento dos objetivos definidos inicialmente pela entidade.

O quinto componente do *COSO II*, resposta ao risco, consiste no posicionamento da alta administração em relação ao risco, considerando o impacto, a probabilidade, o nível de tolerância e o custo/benefício.

Verifica-se então, que os cinco componentes, passando agora a ser oito componentes foram reorganizados e numerados de forma diferente. Observa-se a figura 4.

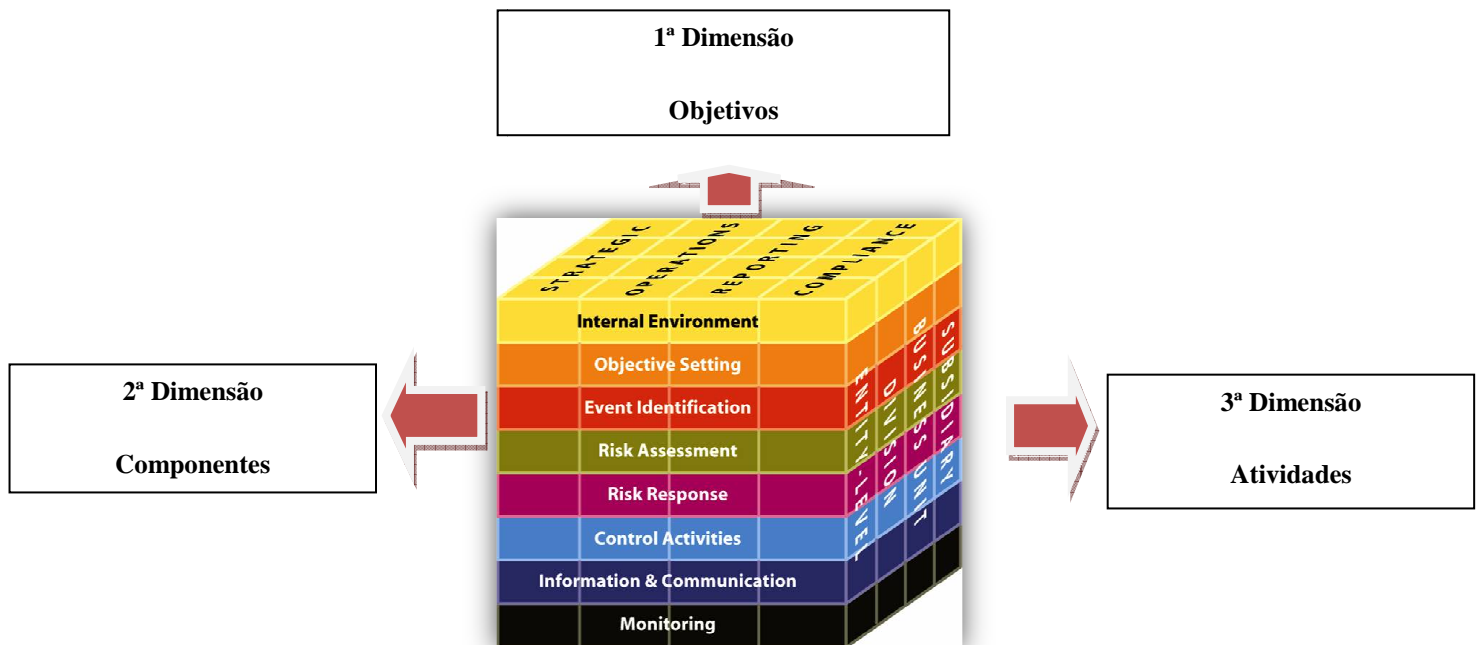


Figura 4: Relação entre os objetivos e as componentes

Fonte: Adaptado do Modelo do *COSO*

1.3. Factores que influenciam o controlo interno

O maior desafio que existe para as entidades é saber qual o controlo mais adequado para a mesma. Para assim se saber qual se adequa melhor, a entidade deve inicialmente avaliar o custo/benefício, sendo que deverá trazer mais benefício que custo, e eficiência dos fluxos de operações e informações.

A informação retirada das diversas operações deve transmitir resultados verdadeiros e atempados, pois estes são o ponto de partida para a tomada de decisão.

Morais e Martins (2007:30) referem que “*Cada entidade implanta o seu sistema de controlo interno que deverá ser flexível. O ambiente que se estabelece dentro da entidade começa com a própria Direção, pois esta deve saber transmitir a mensagem de que a integridade e o controlo efetivo não podem ser posto em causa.*”.

Existem três fatores críticos de controlo, para se atingir um bom ambiente, sendo:

- A integridade;
- Os valores éticos, e
- A competência das pessoas.

Mais indicam Moraes e Martins (2007:30-31), ao referirem os requisitos que influenciam o clima de controlo interno dentro da entidade:

- 1- Objetivos e planos bem definidos, seguindo filosofia de gestão;*
- 2- Estrutura organizativa sólida (existindo adequada segregação de funções), facilitando o fluxo da informação, com a estrutura orgânica adequada para um controlo efetivo;*
- 3- Procedimentos efetivos e documentados: controlo das operações diárias e forma de assumir riscos, bem como, reação a falhas de controlo;*
- 4- Sistemas de autorização e registos, definindo os limites de autoridade e responsabilidades associadas ao controlo e estabelecendo níveis de relatórios;*
- 5- Compromisso de qualidade e competência, efetuando recrutamento com base na competência e honestidade, definindo adequadamente as tarefas, formação e supervisão;*
- 6- Órgão de supervisão e vigilância que oriente e questione os responsáveis pelos planos e performance;*
- 7- Integridade e divulgação de valores éticos, penalizando comportamentos indevidos, após a adequada divulgação do código de conduta, e reação a comportamentos antiéticos;*
- 8- Incentivos e tentações, incluindo metas realísticas e incentivadoras, bem como pressões para atuações menos corretas ou comportamentos desonestos;*
- 9- Políticas e práticas do pessoal, incluindo planos de sucessão, avaliações formais e política de remunerações associada ao processo de avaliação.”*

1.4. Tipos de Controlo Interno

Existem vários tipos de atividade de controlo, desde preventivos a detetivos, diretivos a corretivos e compensatórios, por forma a evitar potências riscos e erros. Desta forma a gestão deve implementar os controlos adequados, sendo que cada um deles consiste, segundo Moraes e Martins:

- **Preventivos:** servem para impedir que factos indesejáveis ocorram;
- **Detectivos:** servem para detectar ou corrigir factos indesejáveis que já tenham ocorrido;
- **Diretivos ou orientativos:** servem para provocar ou encorajar a ocorrência de um facto desejável, isto é, para produzir efeitos positivos;
- **Corretivos:** servem para retificar problemas identificados, e
- **Compensatórios:** servem para compensar eventuais fraquezas de controlo noutras áreas de entidade.

Seguem, no Quadro 1, alguns exemplos de cada um dos componentes:

Quadro 1: Exemplos do Sistema de Controlo

Fonte: Morais e Martins (2007: 32)

Preventivos	Detetivos	Corretivos	Orientativos	Compensatórios
- Obrigar a duas assinaturas em todos os pagamentos;	- Elaborar as reconciliações bancárias;	- Relatórios de artigos obsoletos;	- A administração de uma entidade, como forma de criar uma boa imagem local, dá indicações aos dirigentes para contratarem mão-de-obra local.	- Os totais de vendas por produto registados na área comercial podem ser cruzados com total dos créditos das vendas na contabilidade;
- Obter lista de fornecedores aprovada;	- Efetuar conciliações de extratos de contas com terceiros;	- Relatórios de atrasos de pagamentos a fornecedores e outros credores;	- Estabelecer determinados requisitos para o recrutamento de pessoal;	- O total dos salários processados pelo departamento de pessoal pode ser cruzado com o total dos créditos feitos à segurança social pela contabilidade.
- Comprovar as faturas com as guias de receção antes de autorizar o pagamento;	- Efetuar contagens físicas;	- Relatórios dos cheques do pessoal, não descontados;	- Criar regulamentos internos na entidade;	- O valor das entradas registadas pelo armazém pode ser cruzado com a contabilidade através da conciliação da conta de compras.
- Verificar com exatidão a matemática das faturas antes do pagamento;	- Observar a distribuição de salários numa base de amostragens;	- Lista de reclamações de clientes.	- Criar instruções para os documentos em circulação na entidade.	
- Adotar um sistema de vigilância de entradas na fábrica.	- Solicitar certidões de dívidas.			

1.5. Limitações

O controlo interno independentemente de estar bem estruturado e ser implementado eficazmente, apenas pode proporcionar uma segurança razoável, como referido anteriormente. A segurança pode ser afetada por limitações do controlo interno.

Segundo Costa (2010:232), “ O estabelecimento e a manutenção de um sistema de controlo interno é uma das mais importantes responsabilidades do órgão de gestão de qualquer entidade. No entanto é óbvio poder afirmar-se que o facto de existir um sistema implementado não significa que a empresa esteja completamente imune a situações tão diversas como as de ocorrências de erros, irregularidades, fraudes, etc.”

Tais limitações advêm de diversos fatores, o COSO descreve-as como o resultado de:

- Adequação dos objetivos estabelecidos sendo uma condição prévia ao controlo interno;
- Realidade de que a o julgamento humano na tomada de decisões pode ter falhas e ser tendencioso;
- Falhas que podem resultar ocorrer devido a erros humanos;
- Capacidade de a administração se sobrepor ao controlo interno;
- Atividades externas fora do controlo da organização;
- Capacidade da administração, trabalhadores e/ou terceiros transpassarem os controlos por meio de conluio entre as partes.

Estas limitações impedem que a estrutura governativa e de administração obtenha uma segurança absoluta na realização dos objetivos da entidade. Embora estas limitações sejam inerentes, a administração deve ter consciência delas ao definir, desenvolver e aplicar atividades de controlo para assim minimizar, dentro do possível, tais limitações.

Em suma, pode-se concluir então, que o Controlo Interno surge numa vertente de meio para atingir um fim, pois tanto as entidades necessitam de apoio na realização dos objetivos definidos inicialmente, como os gestores de apoio para obter os resultados

definidos pela organização. Existindo um Controlo Interno eficiente, mais fácil se torna a tomada de decisões com base em informação verídica e fidedigna.

O Instituto de Telecomunicações, para além da sua estrutura e dimensão organizacional contém um Sistema de Controlo Interno que o ajuda na sua tomada de decisões, facilitando e melhorando a tomada das mesmas, tanto no âmbito institucional como económico-financeiro.

II. Conceito de Auditoria

O conceito auditoria não tem sido único nem estático, embora algumas das definições conhecidas tenham aceitação mais ou menos generalizada. O termo auditoria tem evoluído ao longo dos anos, se inicialmente tinha como principal objetivo a dissimular fraudes e erros, com o passar do tempo passou a abranger também outros domínios e a assumir formas específicas e/ou especializadas.

Para além de existirem alguns conceitos, e em face da sua diversidade houve o cuidado de dar à auditoria uma definição que tivesse uma aceitação universalizada.

A definição da IFAC, conforme citado no Manual do Tribunal de Contas (1999:23), *“auditoria é uma verificação ou exame feito por um auditor dos documentos de prestação de contas com o objetivo de o habilitar a expressar uma opinião sobre os referidos documentos de modo a dar aos mesmos a maior credibilidade.”*.

Segundo o Tribunal de Contas (2009:23), define auditoria como:

“Exame ou verificação de uma dada matéria, tendente a analisar a conformidade da mesma com determinadas regras, normas ou objetivos, conduzindo por uma pessoa idónea, tecnicamente preparada, realizada com absorvência de certos princípios, métodos e técnicas geralmente aceites, com vista a possibilitar ao auditor formar uma opinião e emitir um parecer sobre a matéria analisada.”.

Berenguer (1997:12) define o conceito de auditoria, sendo *“... uma atividade que consiste na análise da informação financeira, que tem como objetivo a realização de um relatório com um parecer técnico sobre fiabilidade da informação, a fim de se conhecer e avaliar tais informações por terceiros.”*.

Morais e Martins (2007:19), apresentam o conceito de auditoria como:

“... o processo sistemático de objetivamente obter e avaliar prova acerca da correspondência entre informações, situações ou procedimentos e critérios preestabelecidos, assim como comunicar conclusões aos interessados.”.

Mais clarificam sobre as expressões chaves utilizadas neste conceito:

- **Processo Sistemático:** sequência de procedimentos lógicos, estruturados e organizados;
- **Objetivamente:** atitude objetiva e independente;
- **Prova:** essência da Auditoria;
- **Correspondência:** medida qualitativa e/ou quantitativa da conformidade das informações, situações ou procedimentos com critérios preestabelecidos;
- **Critérios preestabelecidos:** consiste nas leis, normas, regras, regulamentos;
- **Comunicar:** relatório escrito, com um determinado grau de confiança, sobre as conclusões do trabalho elaborado;
- **Interessados:** todos os que necessitam do parecer do auditor, quer pessoas internas ou externas à entidade.

Num sentido amplo, a auditoria consiste num exame/processo sistemático de investigação no qual são obtidas evidências suficientes que permitam ao auditor emitir um parecer sobre a conformidade da situação e comunicar o mesmo aos utilizadores interessados.

2.1.Princípios, Normas e Diretivas

No exercício da atividade de auditoria, existe um conjunto de princípios, normas e diretivas que devem ser tidas em consideração.

As normas de auditoria dizem respeito aos requisitos a serem observados pelo auditor no decorrer da atividade de auditoria, não podendo regulamentar toda a atividade do auditor uma vez que este realiza um parecer pessoal. A função fundamental das normas debruça-se sobre a qualidade do trabalho realizado, não apenas sobre as qualidades profissionais dos auditores como também sobre o julgamento pessoal no desempenho do seu exame e na elaboração do relatório final.

A origem das normas de auditoria geralmente aceites existem desde 1917 procedentes do *American Institute of Accountants* (AIA), antecessor do AICPA. Ao longo dos anos tem sido constante a preocupação de evolução e melhoria das normas, existindo assim vários pronunciamentos editados sobre as mesmas.

Em 1948 são aprovadas as primeiras normas de auditoria geralmente aceites (NAGA) pelo AICPA (*American Institute of Certified Public Accountants*), as quais se dividem em três grandes grupos:

- Normas gerais;
- Normas relativas ao trabalho de campo;
- Normas para a elaboração de trabalhos de campo.

Para além do AICPA existem vários órgãos que editam normas de auditoria, com a aplicabilidade em diversos países. De representação internacional temos UEC (*Union Européene des Experts Comptables Economiques et Financiers*), que desde 1986 deu origem à *Fédération des Experts Comptables Européens* (FEE), o IFAC, o IAASB e a FASB. Mais voltadas para as atividades governamentais temos o INTOSAI, o NAO (*National Accounting Office*) e o GAO (*General Accounting Office*).

É de referir o facto de existirem outro tipo de normas, técnicas e orientações susceptíveis de serem tidas em conta na realização de auditorias, tais como:

- As emitidas pela *Information Systems Audit and Control Association* (ISACA);
- As normas e os padrões standards internacionais de gestão e certificação de qualidade, relativos à produção e a serviços industriais;
- As Normas Internacionais para a Prática Profissional de Auditoria Interna do IIA.

Em Portugal existe o Manual do Revisor Oficial de Contas, que contém a caracterização, institucionalização e universalização de normas gerais e específicas emitidas ou adotadas no nosso país, com base em normativo emitido por diversas entidades internacionais. Este Manual é publicado desde 1988, pela Ordem do Revisores Oficiais de Contas (OROC), atualizado periodicamente. As normas, diretivas e recomendações abrangidas pelo Manual tem como objetivo regulamentarem a

profissão e as funções do auditor externo em geral e do revisor oficial de contas em particular e incidem fundamentalmente sobre aspetos relacionados com as demonstrações financeiras.

A estrutura normativa profissional, nacional, da OROC, para além de ser composta pelo Código de Ética e Deontologia Profissional, também inclui:

- Normas Técnicas de Revisão/Auditoria (NTRA);
- Diretrizes Revisão/Auditoria (DRA);
- Interpretações Técnicas (IT), e
- Recomendações Técnicas (RT).

No que respeita a auditoria interna, as normas para a prática de auditoria são as normas emanadas do *Institute of Internal Auditors* (IIA).

Em Portugal, temos as normas para a prática de auditoria interna publicadas pelo Instituto Português de Auditores Internos – IPAI, que contém a tradução dos “*International Standards for the Professional Practice of the Internal Auditing*” do IIA.

É de sublinhar a relação extremamente estrita e a interação notada entre a definição e o estabelecimento das normas para a aplicação no campo contabilístico e no âmbito das auditorias.

2.2. Tipos de Auditoria

Por mais que a auditoria seja uma atividade obrigatória em determinados segmentos institucionais, a amplitude do seu trabalho depende de cada entidade. No entanto, a realização de atividades de auditoria é importante para as entidades, pois traz um determinado grau de segurança aos administradores, acionistas, proprietários, entre outros interessados.

Os critérios adotados na avaliação das auditorias são diversos, que dependem desde o conteúdo e afins, da amplitude; da frequência; do período temporal, da obrigatoriedade até aos sujeitos que a efetuam.

Morais e Martins (2007:31-33) definem-nos mais explicitamente o significado de cada critério, explicando que quanto ao conteúdo e afins existe uma vasta gama de auditorias, financeiras e não financeiras.

“Quanto à amplitude, o universo das auditorias podem ser de caracter geral ou parcial.

Quanto a frequência, as auditorias podem ser realizadas de uma forma permanente ou ocasional.

Quanto ao período temporal, as auditorias classificam-se: como auditoria da informação histórica ou auditoria da informação previsional ou prospetiva

Quanto à obrigatoriedade, distinguem-se as auditorias de fonte legal ou auditorias de fonte contratual.”

E por fim, quanto ao sujeito que a efetua, a auditoria pode ser interna ou externa.

Marques (1997:34-39), expõe de uma forma bastante mais detalhada os vários tipos de auditoria que existem conforme os diversos critérios. Relativamente ao conteúdo e afins, que engloba as auditorias às demonstrações financeiras; de conformidade, operacional, de gestão e de estratégia. Define, por exemplo, auditoria operacional como *“... auditorias de âmbito mais tradicional, e que incide sobre aspetos de índole contabilístico-financeiros... Na prática, as auditorias operacionais devem estar fundamentalmente preocupadas em apresentar “recomendações para a melhoria da performance existente”.*

Em relação às auditorias quanto ao sujeito que as efetua, reconhece que a auditoria externa *“... que ela tem geralmente como objetivo principal verificar se as demonstrações financeiras representam ou não, de forma verdadeira e apropriada a situação financeira e os resultados das operações do período a que respeitam de acordo com as normas e os princípios contabilísticos geralmente aceites”*, enquanto que a auditoria interna *“O seu objetivo principal tende a ser o de, progressivamente e através das suas análises, avaliações, sugestões e recomendações, auxiliar os membros da própria unidade económica ao desempenho das suas atribuições e responsabilidades.”*

Perante isto, pode-se constatar que existem vários tipos de auditoria, da qual, as auditorias não financeiras são as que têm registado um maior desenvolvimento e diversificação.

Independentemente de a auditoria interna ser diferenciada da auditoria externa, estas têm todo o interesse em se completarem. Pois, a auditoria interna por conhecer mais aprofundadamente a organização e ter as auditorias numa base mais frequente, esta deverá transmitir mais segurança aquando a realização de auditorias externas, relativamente às informações constantes nas demonstrações financeiras.

Pode-se, também, concluir que independentemente do tipo de auditoria a ser realizada, estas serão sempre feitas por auditores internos ou externos. Os pontos seguintes focar-se-ão nas diferenças existentes entre a auditoria interna e a auditoria externa, bem como as diferenças existentes entre um auditor externo e interno.

2.3. Análise comparativa: Auditoria Interna e Auditoria Externa

Como mencionado anteriormente, para além de a auditoria interna ser diferenciada da auditoria externa, respeitando as suas diferenças, é vantajoso para a entidade que estas trabalhem de uma forma interligada.

Ambas analisam e avaliam as atividades que tenham sido exercidas por outros, em trabalhos e apreciações que ambas devem desenvolver com isenção, rigor e objetividade.

Portanto, é natural que utilizem metodologias e técnicas comuns ou idênticas, como planear, programar, utilizar *checklist*, etc., pois ambas identificam, analisam e avaliam procedimentos de controlo interno, realizam testes, identificam insuficiências, erros e anomalias, a partir dos quais fazem a sua própria avaliação, expõem sugestões e propõem alternativas de forma a resolver ou minimizar as falhas encontradas.

Mas, para além destas semelhanças, existem várias diferenças entre os dois tipos de auditoria, tanto a nível dos seus objetivos e destinatários dos trabalhos que realizam,

à frequência com que ambas se realizam, até mesmo quanto a alguns conceitos em que assentam.

As atividades da auditoria interna são excessivamente vastas, incluindo toda a entidade em todos os aspectos das operações e todos os níveis de autoridade, é centrada na vertente da gestão. Enquanto, que, a auditoria externa está mais centrada na vertente financeira, destacando-se o sistema contabilístico/financeiro e as atividades organizacionais que podem ter um efeito directo nas demonstrações financeiras.

As auditorias externas, mais tradicionais, têm como principal objetivo emitir um parecer sobre as demonstrações financeiras, de forma a dar-lhes credibilidade junto de entidades externas ao funcionamento das próprias organizações.

Já as auditorias internas, têm como principal objetivo assessorar a administração, apoiar as organizações nas suas atividades e a diferentes níveis de decisão, ajudar nas diversas áreas ao bom desempenho das suas atribuições e responsabilidades. Ao contrário do que acontece em relação às auditorias externas, os seus principais destinatários estão inseridos dentro de entidade e nos diferentes níveis de gestão.

Um departamento/serviço de auditoria interna, ao contrário da auditoria externa, só depende da vontade da entidade, salvo situações especiais. Relativamente à auditoria externa, a contratação destes serviços, nas diferentes áreas económicas, pode depender ou não da vontade das entidades, porém pode resultar da obrigatoriedade imposta por lei.

O âmbito das auditorias externas, incide, sobre as áreas económico-financeiras. Neste contexto, os auditores externos organizam o seu trabalho de forma a poder exprimir uma opinião verdadeira e apropriada da situação financeira. A auditoria interna, é muito mais ampla e variável. Com uma evolução notória nos últimos anos, a auditoria interna não se esgota naquelas áreas e não pode estar condicionada aqueles limites, abrange todas as atividades, áreas e funções das entidades. Por mais importante que os aspetos contabilísticos e financeiros sejam, não podem ser a única preocupação destes auditores, mas sim uma das áreas de análise.

A nível das ações que recaem sobre a função contabilístico-financeira e na apreciação do controlo interno existente, averiguamos que os auditores externos dão

prioridade, preocupando-se mais com a segurança do sistema do que propriamente com a eficiência da utilização dos recursos, já os auditores internos têm como preocupação de contribuir para uma situação de equilíbrio entre a eficácia do sistema e a eficiência da utilização dos recursos.

Como refere Marques (1997:57) “*A auditoria externa põe a ênfase na verificação dos saldos, com vista à emissão de parecer sobre a razoabilidade das demonstrações financeiras. Cuida da salvaguarda dos ativos, da prevenção e deteção de erros e fraudes, da exatidão e integridade dos registos contabilísticos. Compara a realidade em análise com padrões standards, previamente definidos, e identifica desvios.*”. Enquanto, “*A auditoria interna enfatiza a análise dos procedimentos e dos critérios definidos e em uso, avalia a observância e a adequação das políticas e das normas definidas, a eficácia dos sistema de controlo interno, entendido em sentido amplo, procura identificar as causas dos desvios apurados, o porquê dos procedimentos anómalos ou aparentemente menos corretos, o risco e as consequências que daí podem advir, avalia a eficácia das decisões.*”.

Os auditores internos baseiam-se nalgumas técnicas de amostragem, mas as suas análises e avaliações recaem mais para critérios de extensão, o que diferencia os auditores externos, pois estes baseiam-se fundamentalmente em critérios de amostragem.

O exercício da atividade de auditoria interna e externa é, de certa maneira, limitado por conceitos de materialidade e risco. Tanto uma como outra deve avaliar a eficácia e eficiência dos controlos, detectar as áreas de elevado risco e fazer refletir as suas observações e análises nas áreas consideradas de maior risco e materialmente mais relevantes.

Mas, para além destas semelhanças, e como já referido anteriormente, existem diferenças significativas de conceitos e da sua utilização entre estes dois tipos de auditoria.

Enquanto a auditoria interna se baseia num conceito de risco mais amplo, a auditoria externa dá prioridade ao risco associado a erros e omissões que possam vir a influenciar significativamente as demonstrações financeiras. A auditoria interna

preocupa-se mais com o risco associado, à ineficiente utilização dos recursos e a ineficácia de várias ordens.

O conceito de materialidade é de importância primordial para a auditoria externa, uma vez que analisa e avalia a informação em função da maior ou menor relevância que os erros possam ter como consequência nas demonstrações financeiras. A materialidade não é suscetível a uma definição matemática, uma vez que envolve aspetos quantitativos e qualitativos ajuizados nas circunstâncias particulares da omissão ou da distorção. A determinação da mesma não se baseia num simples cálculo mecânico e envolve o julgamento profissional. Esta determinação varia: pelo conhecimento que o auditor tem da entidade, atualizado aquando a atividade dos procedimentos da avaliação do risco e pela natureza e extensão das distorções identificadas anteriormente por auditorias realizadas e pelas expectativas em relação às distorções do período corrente.

Existem no entanto autores que entendem que uma distorção, considerada individual ou agregadamente, pode trazer um impacto material nas demonstrações financeiras quando o seu efeito quantitativo seja considerado importante quando comparado, em termos percentuais, com determinados indicadores, indicadores esses que são usados internamente pela OROC, tal com se apresenta o quadro 2:

Quadro 2: Indicadores de referência para o cálculo da materialidade

Fonte: Costa (2010:211)

Indicador de Referência	Intervalo	
	Inferior	Superior
Resultado Bruto	-	-
Resultado antes imposto (RAI)	5%	10%
Total das vendas e prestações de serviço	0,5%	2%
Total do ativo ou balanço	0,5%	2%
Total do ativo corrente	5%	10%
Total do passivo corrente	5%	10%
Total do capital próprio	1%	5%

Ao contrário, para a auditoria interna a materialidade não é necessariamente avaliada em termos financeiros. Os valores devem ser considerados pelas consequências adversas que daí podem resultar, seja em termos concorrenciais e financeiros ou da imagem da entidade.

O conceito de controlo interno não é entendido exatamente da mesma forma pelas auditorias externas e internas, apesar de ambas considerarem o mesmo de grande importância e de procederem à sua análise como um meio para atingirem um fim.

A análise de controlo interno realizada pela auditoria externa procura identificar os principais riscos que podem causar limitações à situação traduzida pelas demonstrações financeiras, no que consiste à exaustividade, à veracidade/realidade e à especialização económica dos exercícios, procurando diminuir o risco de se formar opiniões incorretas a partir do trabalho realizado.

No que diz respeito à auditoria interna, a unidade económica deve ser tida em conta como um todo, como já referido anteriormente. O conceito e o âmbito de controlo interno não se restringem a um objetivo e a um aspeto, é mais amplo e será associado a preocupações de gestão mais alargado e a vários níveis de decisão, sendo mais dinâmico e aprofundado, tendo uma análise mais abrangente.

No tópico seguinte poderá observar-se o que distingue o auditor interno do externo.

2.4. Diferenças do trabalho do auditor interno e auditor externo

Após identificarmos a diferenças da auditoria interna e externa, importa distinguir as funções de um auditor externo e um auditor interno. Quer um auditor externo como um auditor interno estuda e avalia o controlo interno. Ambos são essenciais para o bom funcionamento uma vez que, a sua independência transmite uma garantia acrescida de transparência e confiança, quer pela informação financeira concedida pelas entidades ao mercado, auditor externo, quer aos procedimentos de funcionamento interno que garantem uma transparência no desenvolvimento do

negócio, em proveito dos investidores, auditor interno. Exposto isto, constatamos que existe pontos de afastamento, tais como podemos verificar no quadro seguinte:

Quadro 3: Principais diferenças entre Auditor Interno/Externo

Fonte: Morais e Martins (2007:48)

Auditor Interno	Auditor Externo
<ul style="list-style-type: none"> - Normas profissionais, incluindo as normas éticas e técnicas; - Quadro da entidade; <p>O objetivo é atender às necessidades do Órgão de Gestão, contribuindo para o fortalecimento do sistema de Controlo Interno, gestão de risco e <i>governance</i> da entidade;</p> <ul style="list-style-type: none"> - O trabalho é executado tendo em conta as áreas operacionais e as linhas de responsabilidade administrativa; - Deve ser independente no exercício da sua função - O controlo interno é avaliado a fim de poder expressar opinião acerca da eficácia e eficiência dos recursos da entidade; - O exame das atividades é contínuo; - A responsabilidade é de ordem geral, idêntica à dos restantes trabalhadores da entidade; - Os relatórios não são dotados “fé pública”, embora devam ser elaborados objetividade e o detalhe adequado aos destinatários; - Não pode fazer parte do conselho fiscal (alínea e) n.º1 do art.º 414-A CSC), tem de conduzi a sua atividade com diplomacia, objetividade e independência. Tem d ser hábil nas relações humanas e na forma de comunicação. Tem de impor-se, sobretudo, pela sua competência e conhecimentos; - Acompanha permanentemente a atividade da entidade, o que lhe proporciona um melhor conhecimento do negócio, conferindo-lhe maior sensibilidade em relação a tudo o que se refere à entidade. 	<ul style="list-style-type: none"> - Normas definidas por lei, para além das normas éticas e técnicas definidas para a profissão; - O objetivo é atender às necessidades de terceiros no que diz respeito à credibilidade das informações financeiras. A avaliação do controlo interno é feita, principalmente, para determinar a extensão, profundidade e calendarização dos exames a efetuar Às compras; - O trabalho é executado tendo em conta os elementos das demonstrações financeiras; - Deve ser independente em relação à Administração, havendo na lei a incompatibilidades gerais, específicas, absolutas, relativas e impedimentos (art.º 75/6/7/8/9 do Dec. Lei 487/99 e art.º 414-A CSC); - A opinião acerca do controlo interno focaliza-se na segurança das operações e no seu impacto nas demonstrações financeiras em detrimento da eficácia e eficiência dos recursos; - O exame das informações das demonstrações financeiras é descontínuo; - São responsáveis para com a sociedade, sócios e credores sociais (art.º 82 do CSC, n.º 2 do art.º 24 da Lei Geral Tributária); - Os relatórios podem ser dotados de “fé pública”, caso da “certificação legal das contas”, só podendo ser impugnada judicialmente; - Caso se trate de um Revisor Oficial de Contas é nomeado pela Assembleia-Geral, pode fazer parte do órgão de fiscalização e a sua atividade tem suporte legal. Emite um tipo de relatório que acompanha as contas, obrigatoriamente; - O acompanhamento é intermitente, e em várias entidades. Se por um lado, conhece pior cada entidade auditada, por outro poderá deter uma vasta experiência, fruto de auditar numerosas entidades.

Como já referido, a auditoria é um exame ou verificação sistemática com vista a alcançar um fim. Com esse objetivo o auditor deve aplicar os métodos e as técnicas mais apropriadas durante a atividade de auditoria.

2.5. Métodos e Técnicas de Auditoria

Torna-se necessário precisar o sentido e o alcance que devem ser dados aos métodos e às técnicas, ou seja, definir o seu conteúdo no âmbito da auditoria.

Segundo Tribunal de Contas (1999:26):

“Os métodos são os processos racionais e orientados de acordo com normas específicas que hão-de conduzir o auditor na direção do resultado desejado.

As técnicas são os meios ou os instrumentos que o auditor utiliza na realização do seu trabalho e que lhe possibilita formar uma opinião.”

Deste modo, os métodos e as técnicas constituem os chamados procedimentos de auditoria, sendo os métodos o caminho a seguir e as técnicas os meios utilizados ao longo desse caminho, tendo em visto o objetivo final.

Os procedimentos consistem na aplicação pelos auditores de métodos e técnicas que dependem do seu julgamento e da qualidade e âmbito do controlo interno implementado na entidade auditada, de modo a definir como o auditor deve organizar o seu trabalho para assim obter de forma sistemática o objetivo da auditoria.

Assim, o auditor ao longo da sua atividade recorre a um leque de procedimentos que o ajudam na formação de opinião e que variam consoante o trabalho a realizar, sendo classificados como gerais e específicos.

Enquanto os procedimentos gerais têm aplicação em várias fases da realização do exame, os específicos apenas têm aplicação em determinadas áreas e tipos de auditoria.

O IFAC, na ISA 500 (2009:5-7), ajuda-nos a perceber quais técnicas que compreendem os procedimentos gerais:

- **Inspeção:** consiste em examinar registos ou documentos, quer internos ou externos, em forma de papel, forma eletrónica ou outros meios. A inspeção em ativos fixos tangíveis consiste num exame físico dos ativos.
- **Observação:** consiste em olhar para um procedimento ou processo que está a ser desempenhado por outros. É limitada ao momento no qual tem lugar e pelo facto de ser observado poder afetar como o mesmo é executado;
- **Indagação:** consiste em obter informações por parte de pessoas da entidade ou fora da mesma. É um procedimento utilizado exaustivamente no decorrer de uma auditoria, que muitas vezes complementa outros procedimentos. As indagações podem ir de formais (escritas) a informais (orais).
- **Confirmação:** prova de auditoria obtida pelo auditor como resposta direta de um terceiro, a parte que confirma, ao auditor;
- **Recálculo:** consiste na verificação do rigor matemático de documentos ou registos. Pode ser executado por intermédio do uso da tecnologia da informação;
- **Reexecução:** consiste na reexecução independente de procedimentos ou controlos do auditor que foram originariamente executados como parte do controlo interno da entidade;
- **Procedimentos analíticos:** avaliações de procedimentos plausíveis entre informações financeiras e/ou não financeiras.

A ISA 500 (2009:7) refere ainda:

“Os procedimentos de auditoria podem ser usados como procedimentos de avaliação de risco, testes de controlos ou procedimentos substantivos, dependendo do contexto em que são aplicados pelo auditor. A prova de auditoria obtida de anteriores auditorias pode, em determinadas circunstâncias, proporcionar prova de auditoria apropriada quando o auditor executa procedimentos de auditoria para estabelecer a sua contínua relevância.”

Os procedimentos de avaliação de risco consistem em obter a compreensão da entidade e do seu ambiente, incluindo o seu controlo interno para avaliar os riscos de distorção material nas demonstrações financeiras. O auditor executa sempre procedimentos de avaliação de risco para assim obter uma base razoável para poder avaliar os riscos aos níveis das demonstrações financeiras e asserções. Este procedimento por si só não consiste numa prova de auditoria apropriada e suficiente para o auditor emitir um parecer sobre a auditoria realizada, estes são completados por testes de controlo e se necessário por testes substantivos.

Os testes de controlo são os testes que se realizam para se obter prova de auditoria de forma a testar a eficácia operacional do controlo interno ou quando os procedimentos por si só não proporcionam prova apropriada e suficiente. Os testes são geralmente realizados com base em amostragem, devendo ter-se em conta que o tamanho da amostra deve representar o universo da amostra e abranger vários anos.

O auditor planeia e executa testes substantivos para dar resposta à respectiva avaliação aos riscos de distorção material ao nível das asserções. Os procedimentos substantivos incluem testes de pormenores, geralmente mais apropriados para obter prova de auditoria no que respeita a determinadas asserções, de classes de transações, saldos de contas e divulgações e procedimentos analíticos substantivos, geralmente aplicados a grandes volumes de transações que tendam a ser previsíveis no decorrer do tempo.

A opinião do auditor deve ser fundamentada por factos comprovados, evidências reais e informações incontestáveis. O auditor deve avaliar cada elemento quanto à objetividade, importância, viabilidade e fiabilidade.

2.6. Fases de Auditoria

De uma forma geral, e independentemente dos seus objetivos, qualquer auditoria é desenvolvida em torno de três fases distintas e sequenciais, no qual o seu cumprimento é determinante para o sucesso da mesma.

As fases na qual se desenrola uma auditoria são:

1. Fase de Planeamento;
2. Fase de execução, e
3. Fase de avaliação e elaboração do relatório.

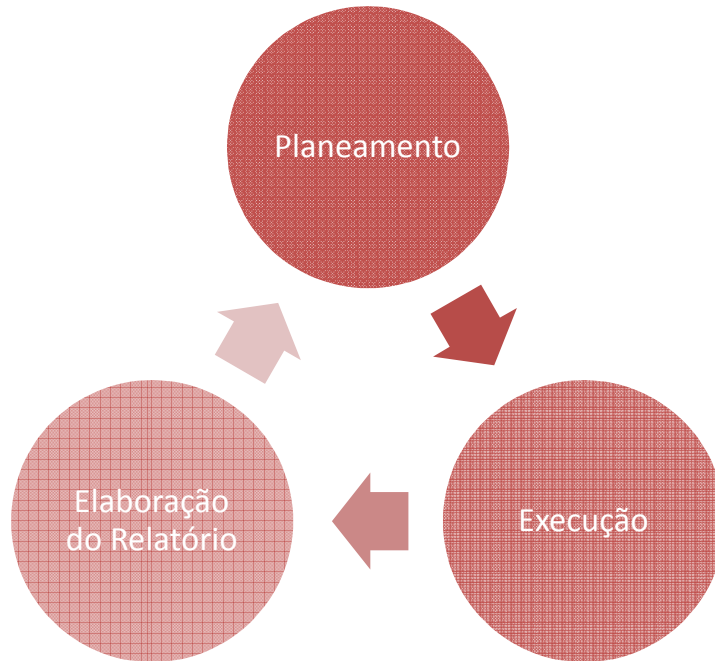


Figura 5: Fases de Auditoria

Fonte: Realização própria

2.6.1. Fase de Planeamento

A fase de planeamento de uma auditoria define a estratégia geral dos trabalhos a serem executados na entidade auditada, prevê um adequado nível de conhecimento sobre as atividades da mesma, fatores económicos, a legislação que se aplica e as práticas operacionais da entidade, além do nível geral de competência da sua administração.

A DRA 300 – “Planeamento” (Junho de 1999: §1) refere:

“O revisor/auditor deve planear o trabalho de campo e estabelecer a natureza, extensão, profundidade e oportunidade dos procedimentos a adotar, com vista a atingir o nível de segurança que deve proporcionar e

tendo em conta a sua determinação do risco da revisão/auditoria e a sua definição dos limites de materialidade.”.

Por planeamento a DRA 300 (1999:2), entende “... *desenvolvimento de uma estratégia geral e de uma metodologia detalhada quanto às esperadas natureza, tempestividade e extensão da revisão/auditoria seja levada a efeito de uma maneira eficaz.*”.

A ISA 300 (2009:2), refere que “*Planear uma auditoria envolve estabelecer a estratégia da auditoria global para o trabalho e desenvolver um plano de auditoria.*” Continua referindo, que o planeamento adequado beneficia a auditoria de demonstrações financeiras de várias maneiras, incluindo as seguintes:

- Ajuda o auditor a dedicar atenção adequada a áreas importantes da auditoria;
- Auxilia o auditor a identificar e resolver potenciais problemas em tempo conveniente;
- Apoia o auditor a organizar e gerir o seu trabalho, de forma a ser realizado de uma maneira eficaz e eficiente;
- Permite a seleção de membros da equipa de trabalho com capacidades e competência adequada para dar resposta aos riscos, e a justa atribuição de trabalho aos mesmos;
- Facilitar a orientação e supervisão dos membros da equipa de trabalho e a revisão do seu trabalho;
- Participar, quando aplicável, na coordenação dos trabalhos por auditores de componentes e por peritos.

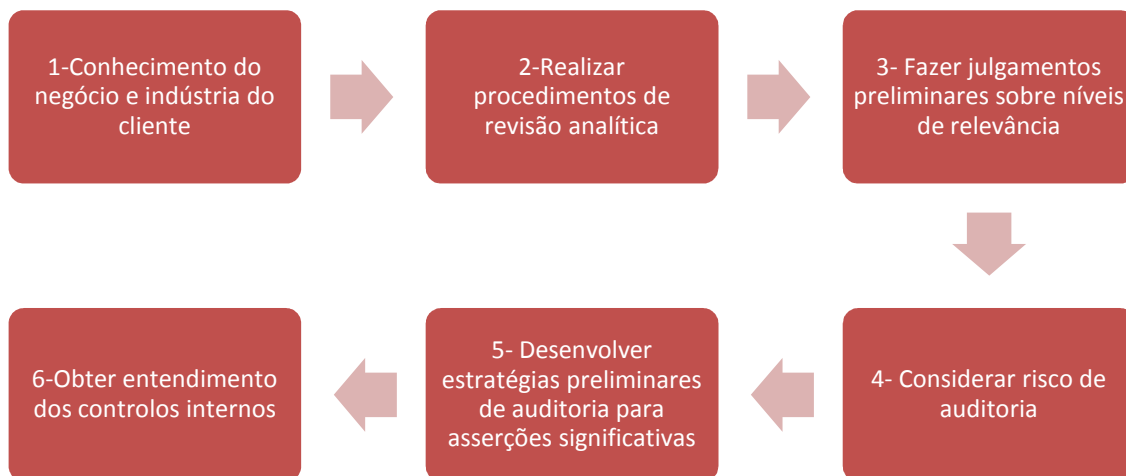


Figura 6: O Planeamento de Auditoria

Fonte: Adaptado de Boynton et al (2002)

Independentemente da dimensão da entidade a ser auditada, o auditor deve elaborar um planeamento eficaz, de forma a todas as áreas sejam analisadas e tratadas adequadamente, que os potenciais problemas sejam identificados e resolvidos, levando o seu trabalho a ser realizado com eficácia e eficiência.

Para que sejam atingidos os objetivos de auditoria, a mesma deve ser planeada de forma adequada, em função do tipo de auditoria a realizar, e das informações recolhidas anteriormente, as quais irão permitir estabelecer a sua natureza, extensão e profundidade dos procedimentos a aplicar e a oportunidade da sua aplicação.

A ISA refere que a natureza e extensão do planeamento varia consoante a dimensão e complexidade da entidade.

Nesta fase pretende-se obter:

- Um estudo preliminar, e
- A elaboração e aprovação do plano global da auditoria.

No estudo preliminar, deve-se proceder à recolha e avaliação antecipada da informação, avaliar previamente os sistemas e os controlos, definir os objetivos, determinar a necessidade de recursos e calendarizar a auditoria.

No que diz respeito à elaboração e aprovação do plano global da auditoria, o documento deve contemplar o âmbito e a natureza da auditoria, a respectiva calendarização e objetivos, os critérios e a metodologia a utilizar e a discriminação de todos os recursos necessários à sua obtenção. Constitui, portanto, um documento chave, que deve ser elaborado em tempo oportuno e conter todas as informações necessárias, permanecendo, claro e conciso.

De acordo com a ISA 300 (2009:§A2), *“O planeamento não é uma fase discreta de uma auditoria, mas sim um processo contínuo e interativo que começa muitas vezes logo após a conclusão da anterior auditoria e até à conclusão da corrente trabalho de auditoria. Contudo, o planeamento inclui a consideração da tempestividade de determinadas atividades e de procedimentos de auditoria que necessitam de ser concluídos antes do desempenho de mais procedimentos de auditoria.”*

2.6.2. Fase de execução

Nesta fase, fase de execução, procede-se ao exame e avaliação concreta dos controlos instituídos, à elaboração do programa de trabalho e à execução desse mesmo programa.

No que consiste ao exame e avaliação dos controlos, os objetivos consistem na análise do controlo presente na entidade auditada com vista a avaliar a sua fiabilidade e grau de confiança, pois a partir desse controlo irá depender o aprofundamento, ou não, do trabalho de auditoria, bem como o tipo de testes a aplicar.

No que consiste à elaboração do programa de trabalho, o auditor deve identificar pormenorizadamente cada área, operações, registos ou documentos a analisar, em conformidade com os objetivos previamente definidos no plano de auditoria, referindo também os procedimentos a aplicar. Há ainda, a necessidade de construir programas

detalhados para cada área a ser examinada, que constituirão assim as pastas correntes da auditoria.

A execução destes programas consiste na realização do trabalho de campo, aplicando os procedimentos e técnicas definidas anteriormente nos mesmos.

2.6.3. Fase de avaliação e elaboração do relatório

Nesta última fase, o auditor deve apresentar explicações sobre todas as questões levantadas pelo trabalho anterior e apreciar os seus possíveis efeitos as conclusões gerais, com o objetivo de determinar as matérias que serão objeto de relatório e que, como tal, irão determinar parte da respectiva estrutura.

Em relação ao relatório, este deve contemplar as atividades e programas auditados e observar, correta e imparcialmente, os factos verificados.

A elaboração do relatório terá como base objetivos de clareza, concisão e exatidão, que deverá estar presentes face à necessidade de apreensão corretado respectivo conteúdo por parte dos principais interessados.

Capítulo III: Atividades Desenvolvidas

III. Adaptação, Integração e conhecimento do negócio

Após a receção à empresa pela minha colega de trabalho, apresentação das instalações do IT, das formalizações e de criar uma conta de trabalho, as primeiras 2 semanas foram de adaptação, leitura de alguns regulamentos do Pólo de Coimbra e o começar das atividades.

Assim, os primeiros dias foram reservados para a leitura atenta alguns regulamentos fundamentais para perceber melhor o funcionamento do IT-Pólo de Coimbra, nomeadamente, o Regulamento interno do Pólo de Coimbra; Estatuto de Bolseiro de Investigação, Estatutos do IT e o Regulamento n.º 234/2012 (DR, 2ª Série – N.º121- 25 de junho 2012) e Regulamento n.º 326/2013 (DR, 2ª Série – N.º 164 – 27 de agosto de 2013), Regulamento de Bolsas de Investigação da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I. P. e Alterações ao Regulamento da Bolsas de Investigação da FCT, I. P., respetivamente.

3.1. Trabalho Desenvolvido

3.1.1. Conciliações Bancárias

Após o conhecimento dos Regulamentos e do negócio, e perceber um pouco das atividades desenvolvidas pela organização, comecei por analisar e retificar as conciliações bancárias já iniciadas e elaborar as que estavam em falta do ano 2013. Conciliação bancária é um processo de confirmação entre os movimentos registados no extrato bancários e na nossa base de dados, apurando, caso existam, as diferenças entre as duas realidades, tendo como principal objetivo saldo de reconciliação igual. A “nossa base de dados” consiste num livro Excel, denominado *ITC13_gera_relatório*, onde em cada folha de cálculo, são registados todos os movimentos de entrada e saída de dinheiro, prospectivamente em cada conta bancária.

Pode-se observar um exemplo da mesma na tabela 1.

Relatório de Estágio 2014

Tabela 1 - ITC3_gera_relatório

Fonte: Sistema do IT

Nº de Ord.	NIF	Nome F	DD TI	DD	DD Data	DO Valor (IVA)	IVA	DO Val	%	Valor Financeiro	Núbrica da despesa	Observações	Centro de Cust	Data		
2	1/2013	A28777126	Anatronic	FT	201300122	23-01-2013	327,80	0%	327,80	100,00%	327,80	Out. Despesas	Condensadores de filme	Faulthev	Transf.	11-01-2013
3	2/2013	501797173	Uninova	R		11-01-2013	300,00	0%	300,00	100,00%	300,00	Missões	Inscrição de Luis Oliveira na Doc	PCD10	Transf.	11-01-2013
4	4/2013	213475227	Vera Pereira Taklim	R		23-01-2013	175,00	0%	175,00	100,00%	175,00	Out. Despesas	Honorários - Advogada	CG-01	Transf.	23-01-2013
5	5/2013	500246505	Servilmpa, SA	FT	130/2013	08-01-2013	91,00	23%	111,93	100,00%	91,00	Gastos Gerais	Limpeza e manutenção - Janeiro	CG-01	Transf.	30-01-2013
6	6/2013	500297177	Vlagers Abreu, SA	FT	2102437	15-01-2013	300,00	0%	300,00	100,00%	300,00	Out. Despesas	Cancelamento da organização c	Confitec2013	Transf.	04-02-2013
7	7/2013	503239470	Corbroker Corretoras de Seguros, SA	FR	EUW013592445	22-01-2013	1.011,04	0%	1.011,04	100,00%	1.011,04	Rec. Humanos	Seguro de trabalho	CG-0	Transf.	28-01-2013
8	8/2013	199809976	Maria Liliana Ferraz Garanito	O		24-01-2013	28,40	0%	28,40	100,00%	28,40	Missões	Bilhetes de comboio	CG-0	Transf.	30-01-2013
9	9/2013	199809976	Maria Liliana Ferraz Garanito	R		25-01-2013	880,79	0%	880,79	100,00%	880,79	Gastos Gerais	Vencimento - janeiro	CG-0	Transf.	28-01-2013
10	10/2013	230865801	Patricia Isabel das Graças Nunes Iná	R		25-01-2013	536,95	0%	536,95	100,00%	536,95	Gastos Gerais	Vencimento - janeiro	CG-03	Transf.	28-01-2013
11	11/2013	266162649	Stanislav Igorevich Maslovski	R		25-01-2013	1.999,65	0%	1.999,65	100,00%	1.999,65	Rec. Humanos	Vencimento - janeiro	PosDoc	Transf.	28-01-2013
12	12/2013	232879508	Luis Filipe Henriques Pinto	R		25-01-2013	745,00	0%	745,00	100,00%	745,00	Rec. Humanos	Bolsa de Investigação - BIL	3D Image	Transf.	28-01-2013
13	13/2013	217361331	Rita Lauriana da Silva	R		25-01-2013	745,00	0%	745,00	100,00%	745,00	Rec. Humanos	Bolsa de Investigação - BIL	EPIC	Transf.	28-01-2013
14	14/2013	217065204	André Figueiredo Pimenta	R		25-01-2013	385,00	0%	385,00	100,00%	385,00	Rec. Humanos	Bolsa de Investigação-BIC	Noisyris	Transf.	28-01-2013
15	15/2013	225682052	João Bernardo Ferreira Sequeiros	R		25-01-2013	385,00	0%	385,00	100,00%	385,00	Rec. Humanos	Bolsa de investigação-BIC	Noisyris	Transf.	28-01-2013
16	16/2013	248765515	João Ricardo Simões Soares	R		25-01-2013	385,00	0%	385,00	100,00%	385,00	Rec. Humanos	Bolsa de investigação-BIC	3OVQM	Transf.	28-01-2013
17	17/2013	256308870	Ricardo Jorge Santos Monteiro	R		25-01-2013	385,00	0%	385,00	100,00%	385,00	Rec. Humanos	Bolsa de investigação - BIC	Muvidisco	Transf.	28-01-2013
18	18/2013	264785150	Solange Vieira da Silva	R		25-01-2013	385,00	0%	385,00	100,00%	385,00	Rec. Humanos	Bolsa de investigação - BIC	Meta-ID	Transf.	28-01-2013
19	21/2013	223089563	André Filipe Santos Barbosa	R		25-01-2013	980,00	0%	980,00	100,00%	980,00	Rec. Humanos	Bolsa de Investigação - BIM	Noisyris	Transf.	28-01-2013
20	22/2013	242250386	Bruno Ricardo Oliveira Baptista	R		25-01-2013	980,00	0%	980,00	100,00%	980,00	Rec. Humanos	Bolsa de Investigação - BIM	Multilevelconv	Transf.	28-01-2013
21	23/2013	269365419	Chandrasekhar Padole	R		25-01-2013	980,00	0%	980,00	100,00%	980,00	Rec. Humanos	Bolsa de Investigação - BIM	Necovid	Transf.	28-01-2013
22	24/2013	186131429	Dírcia Fernanda Afonso Calorico	R		25-01-2013	980,00	0%	980,00	100,00%	980,00	Rec. Humanos	Bolsa de Investigação - BIM	Hesitações	Transf.	28-01-2013
23	25/2013	217316255	João de Sena Marcos	R		25-01-2013	980,00	0%	980,00	100,00%	980,00	Rec. Humanos	Bolsa de Investigação - BIM	Nonlocal	Transf.	28-01-2013
24	25/2013	217316255	João de Sena Marcos	R		25-01-2013	120,00	0%	120,00	100,00%	120,00	Rec. Humanos	Bolsa de Investigação - BIM	Ilash	Transf.	28-01-2013
25	26/2013	n.d.	Juan Carlos Moreno	R		25-01-2013	980,00	0%	980,00	100,00%	980,00	Rec. Humanos	Bolsa de Investigação - BIM	Necovid	Transf.	28-01-2013
26	27/2013	272972975	Mohsen Bandar Abedi	R		25-01-2013	980,00	0%	980,00	100,00%	980,00	Rec. Humanos	Bolsa de Investigação - BIM	Multilevelconv	Transf.	28-01-2013
27	28/2013	212514695	Tiago André Nogueira Morgado	R		25-01-2013	980,00	0%	980,00	100,00%	980,00	Rec. Humanos	Bolsa de Investigação - BIM	Meta-ID	Transf.	28-01-2013
28	29/2013	A78913993	RS Amidata, S.A.	FT	6991370	15-01-2013	26,31	0%	26,31	100,00%	26,31	Out. Despesas	Componentes Electrónicos	Multilevelconv	Transf.	13-02-2013
29	31/2013	A78913993	RS Amidata, S.A.	FT	6991371	15-01-2013	111,23	0%	111,23	100,00%	111,23	Out. Despesas	Componentes Electrónicos	Multilevelconv	Transf.	13-02-2013
30	32/2013	n.d.	Computer Simulation technology	O		04-02-2013	2.430,00	0%	2.430,00	100,00%	2.430,00	Out. Despesas	Licença de Software CST	Information Sector	Transf.	01-02-2013
31	33/2013	214103277	Filipe Manuel Batista Clemente	R		30-01-2013	192,50	0%	192,50	100,00%	192,50	Rec. Humanos	Bolsa de investigação - BIC	PC192	Transf.	04-02-2013
32			Juergen Sailer	O		01-02-2013	12,96	0%	12,96	100,00%	12,96	Missões	Cost IC1105 - acerto de pagame	Cost IC1105	Transf.	01-02-2013
33			Evangelos Pallis	O		01-02-2013	161,01	0%	161,01	100,00%	161,01	Missões	Cost IC1106 - acerto de pagame	Cost IC1106	Transf.	01-02-2013
34	35/2013	185873405	Sérgio Manuel Angelo Cruz	O		30-01-2013	5,65	23%	6,95	100,00%	5,65	Out. Despesas	material diverso para perfuraçã	P5-Co	Transf.	04-02-2013
35	36/2013	185873405	Sérgio Manuel Angelo Cruz	O		21-01-2013	11,84	23%	14,56	100,00%	11,84	Out. Despesas	Brocas para perfuração de rolar	P5-Co	Transf.	04-02-2013
36	37/2013	185873405	Sérgio Manuel Angelo Cruz	O		11-01-2013	22,28	23%	27,40	100,00%	22,28	Out. Despesas	Brocas para perfuração de rolar	P5-Co	Transf.	04-02-2013
37	38/2013	185873405	Sérgio Manuel Angelo Cruz	O		22-01-2013	66,76	23%	82,11	100,00%	66,76	Out. Despesas	Brocas para perfuração de rolar	P5-Co	Transf.	05-02-2013
38	39/2013	185873405	Sérgio Manuel Angelo Cruz	O		29-01-2013	4,13	23%	5,07	100,00%	4,13	Out. Despesas	Acessórios electricos diversos	P5-Co	Transf.	05-02-2013
39	40/2013	185873405	Sérgio Manuel Angelo Cruz	O		24-01-2013	34,95	23%	42,99	100,00%	34,95	Out. Despesas	material eléctrico diverso	P5-Co	Transf.	05-02-2013
40	42/2013	126558086	António João Marques Cardoso	O		29-01-2013	36,50	23%	44,90	100,00%	36,50	Out. Despesas	Resmas de papel	PCD10	Transf.	05-02-2013
41	45/2013	A78913993	RS Amidata, S.A.	FT	60000441	25-01-2013	1,50	0%	1,50	100,00%	1,50	Out. Despesas	Componentes Electrónicos	Multilevelconv	Transf.	20-02-2013
42	46/2013	233862927	Nelson carreira Francisco	R		12-12-2012	539,16	0%	539,16	100,00%	539,16	Out. Despesas	Despesas de publicação de arti	MSP-Lr	Transf.	05-02-2013
43	46/2013	233862927	Nelson carreira Francisco	R		12-12-2012	15,75	0%	15,75	100,00%	15,75	Desp. Não elegíveis	DB - Despesas de publicação de	MSP-Lr	Transf.	05-02-2013
44	47/2013	185873405	Sérgio Manuel Angelo Cruz	O		22-01-2013	41,71	23%	51,30	100,00%	41,71	Out. Despesas	material diverso para perfuraçã	P5-Co	Transf.	08-02-2013

Como se pode observar na tabela acima, o Livro de Excel, intitulado “ITC13_gera_relatório”, como anteriormente mencionado, divide-se em 10 folhas de cálculo, sendo estas uma base fundamental para o desenvolvimento de todas as tarefas executadas. Mais concretamente, cada folha de cálculo representa:

- **Cons. Banc. 2013:** Reconciliações bancárias relativas ao ano de 2013, tanto da Conta Geral com Conta Projeto;
- **Cons. Banc. 2014:** Reconciliações bancárias relativas ao ano de 2014, de ambas as contas;
- **CGD-D:** Diz respeito à Conta Geral, onde são inseridas todas as despesas realizadas relativas a esta conta;
- **CGD-C:** Refere-se também à Conta Geral, mas neste caso são inseridas todas as entradas que lhe dizem respeito;
- **CGDP-D:** Segue a mesma ordem de ideias da CGD-D, mas neste caso refere-se à conta projeto;
- **CGDP-C:** Contêm todas as receitas relativamente à conta Projeto;
- **CIP:**
- **Lista PC:** Contêm todos os números dos Prémios Científicos que são atribuídos aos professores investigadores do IT por parte da FCT;
- **Saldo Inicial e Cabimento:** Lista de todos os projetos; com indicação dos responsáveis de cada centro de custo, onde se define por centro de custo o nome do projeto; saldo inicial de cada; entradas e saídas de dinheiro; cabimentação, considerando cabimentação as verbas que já estão a ser consideradas para um determinado bem ou missão mas que ainda não nos foram faturados; e o saldo atual de cada projeto à data;
- **Seguros:** consiste na percentagem que recai a cada bolseiro ou funcionário do IT, relativamente ao seguro de acidentes que o IT paga.

Nos anexos poder-se-á observar cada uma destas folhas de cálculo para melhor compreensão.

Após verificar a concordância entre as duas realidades, era fundamental registar no campo data, da folha de cálculo a que dizia respeito, a data em que o débito ou o crédito efetivamente tinham sido efetuados. Esta atividade de controlo interno é essencial para conseguirmos detectar erros. É necessário perceber se os pagamentos realmente

aconteciam, se efetivamente estavam corretos e caso existissem erros, perceber a sua origem e estes poderem ser corrigidos em tempo oportuno, ou caso não se tivesse realizado algum pagamento perceber o porquê desta situação. Após a deteção de divergências é importante efetuar a regularização mediante ajuste em um dos dois controlos. Desta forma, também nos ajuda a termos presente a realidade das contas bancárias, sabendo concretamente o saldo disponível.

É importante que um dos responsáveis pela parte financeira da entidade que todas as operações bancárias são registadas na contabilidade para fins de controlo.

No seu geral não se detetaram falhas que fossem consideradas relevantes, em contrapartida era uma ferramenta essencial para o controlo dos pagamentos efetuados e os que se encontravam pendentes, para regularização de comissões bancárias e imposto de selo cobrados por parte da instituição bancária, bem como para a atividade de tesouraria.

3.1.2. Relatório de cada Centro de Custo

Uma das necessidades que o IT apresentava e que realmente tinha que ser elaborado eram os relatórios a cada centro de custos, para assim cada investigador responsável ter presente e noção das verbas disponíveis em cada um dos nos seus projetos. Defino centro de custo como cada projeto, com parceria de entidades privadas ou públicas, de nome previamente fixado, em que são imputados cada gasto ou rendimento que lhe dizem respeito ao longo da sua duração.

Esta atividade de controlo é bastante importante, uma vez que se obtêm o ponto de situação de cada centro, tendo assim acesso à realidade de cada projeto, não só para cada Professor Investigador mas também para a comissão de gestão e para os próprios serviços administrativos gerirem o seu trabalho.

Estes relatórios anuais consistem numa folha de cálculo elaborada através do Livro Excel “ITC13_gera_relatório”, em que contêm um resumo do saldo disponível à data em que é realizado. Tal resumo refere-se ao somatório do Saldo Inicial do projeto, neste caso concreto a 01-01-2013, com as receitas e subtraindo os seus gastos, obtendo assim o Saldo Final a x. Seguidamente a este resumo e de uma forma exaustiva consta toda a

informação das despesas realizadas, nomeadamente a informação de quem ou a quem foram realizadas, o dia, o seu valor e o descritivo da despesa, para que assim e caso suscitasse dúvidas estas pudessem ser devidamente esclarecidas, caso permanecessem-se era pedido que cada colaborador se dirigisse aos serviços administrativos e com suporte documental conseguirmos esclarecer todas as suas dúvidas.

As tabelas seguintes são um pequeno exemplo no que consiste um relatório ao Centro de Custo no final do ano.

Relatório de Estágio | 2014

Tabela 2 - Relatório do CC X, Ano 2013

Fonte: Sistema do IT

	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	O	P	Q	R	
1																			
2				<u>Saldo 2013</u>															
3																			
4				Receitas	1.000,00 €														
5				Vincial	536,02 €														
6				Despesas	0,00 €														
7				Saldo a 31-12-2013	1.536,02 €														
8																			
9			Descrição																
10																			
11				<u>Receitas 2013</u>															
12																			
13				Data Mov.	Entidade Pagadora	Descrição	Valor	IVA %	IVA	OH %	OH	Centro de Custo	VI						
14				17-09-2013	Inst. Telecomunicações	Pag. Prémios Científicos	1.000,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	X	1.000,00						
15												Total	1.000,00 €						
16																			
17				<u>Despesas 2013</u>															
18																			
19				NC F	Nome F	DD Tipo	DD N.º	DD Data	DD Valor (s/ IVA)	DD IVA %	DD Valor	DQ Tipo	DQ N.º	DQ Data	DQ Valor (s/ IVA)	DQ IVA %	DQ Valor	Imputação	Valor a Financiar
20																			
21																		Total	0,00 €
22																			
23																			
24																			
25																			

Relatório de Estágio | 2014

Tabela 3 - Relatório do CC Y, Ano 2013

Fonte: Sistema do IT

A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N
1		Saldo 2013											
2													
3		Receitas	12.939,80 €										
4		Vinicial	-18.171,69 €										
5		Despesas	23.624,61 €										
6		Saldo a 31-12-2013	-28.856,50 €										
7													
8		Descrição											
9													
10		Receitas 2013											
11													
12	Data Mov.	Entidade Pagadora	Descrição	Valor	IVA %	IVA	OH %	OH	Centro de Custo	VI			
13	14-08-2013	ADI	Pag. reembolso intercalar	12.939,80	0,00%	0,00	0,00%	0,00	Y	12.939,80			
14									Total	12.939,80 €			
15													
16		Despesas 2013											
17													
18													
19	Nº de Ordem	NIF	Nome F	DD Tipo	DD Data	DD Valor (s/ IVA)	IVA %	DD Valor	%	Valor a Financiar	Rúbrica da despesa	Observações	Centro de Custo
20	55/2013	504551663	Trífida, Lda	FT	11-02-2013	647,50	23%	796,43	100,00%	796,43	Equipamento	Computador desktop	Y Transf.
21	78/2013	223584983	Arlindo Oliveira da Veiga	O	14-02-2013	115,29	0%	115,29	100,00%	115,29	Rec. Humanos	Seguro Social Voluntário	Y Transf.
22	153/2013	223584983	Arlindo Oliveira da Veiga	O	13-03-2013	115,29	0%	115,29	100,00%	115,29	Rec. Humanos	Seguro Social Voluntário (FEV 2013)	Y Transf.
23	259/2013	223584983	Arlindo Oliveira da Veiga	O	03-05-2013	115,29	0%	115,29	100,00%	115,29	Rec. Humanos	Seguro Social Voluntário (Abril 2013)	Y Transf.
24	317/2013	223584983	Arlindo Oliveira da Veiga	R	25-05-2013	1.385,00	0%	1.385,00	70,76%	980,00	Rec. Humanos	Bolsa de Investigação - BIM	Y Transf.
25	456/2013	223584983	Arlindo Oliveira da Veiga	O	19-06-2013	115,29	0%	115,29	100,00%	115,29	Rec. Humanos	Seguro Social Voluntário (Maio 2013)	Y Transf.

3.1.3. Auditoria aos Projetos da Delegação da Covilhã

Como já referido anteriormente, em reunião de Comissão de Gestão, foi decidido que a Delegação da Covilhã passaria a ser da responsabilidade do IT-Pólo de Lisboa.

Para fazer esta transferência, era fundamental realizar-se uma Auditoria às contas da mesma Delegação, uma vez que haveria uma transferência de valores tendo em conta que o Pólo detém de duas contas bancárias individuais, as quais contêm os valores de cada Delegação a seu cargo.

Para que esta Auditoria seja essencial perceber desde que data a Delegação estaria a laborar em parceria com o IT, quais os Projetos, tanto internos como externos existiam, bem como os Prémios Científicos atribuídos à Instituição. Após alguma pesquisa, análise de documentos e própria consulta junto ao Professor Coordenador e à administrativa dos serviços administrativos do IT, o período de objeto da auditoria compreendia os projetos desde 2005.

Foi um caminho longo até se conseguir apurar todos os valores, eram demasiados centros de custos, demasiados valores para analisar e confirmar, nunca esquecendo de assumir todos os valores cabimentados e todos os valores já assumidos até ao final de cada contrato de bolsa efetuado, pois estes sim eram custos que Lisboa teria que ter em conta ao começar a gerir as contas da Covilhã.

No final da auditoria estes valores foram então apresentados ao Pólo de Lisboa, mas também à Delegação da Covilhã para assim conciliar Lisboa, sendo que possuíam a informação mais correta e fiável.

Suscitaram dúvidas como o porquê de determinadas diferenças entre os saldos finais e saldos iniciais de determinados centros de custos; o porquê de determinadas despesas estarem imputadas aos centros de custos que não lhe correspondia; a margem de imputação não ser a correta; os próprios valores estarem diferentes do suporte documental e a imputação do IVA não ser a certa.

Sempre que se realizava um relatório, este para além de ser confrontado com o suporte documental era também analisado com os já existentes.

3.1.4. Auditoria aos Projetos da Delegação de Leiria

A Auditoria que se foi realizada aos Centros de Custos da Delegação da Covilhã, realizei uma Auditoria às contas da Delegação da Leiria, mas neste caso o motivo principal era de próprio Controlo Interno, e mais uma vez, a todos os Projetos internos e externos e aos Prémios Científicos atribuídos a cada Professor investigador da Delegação de Leiria.

O período objeto de auditoria compreendia os projetos desde 2005. Neste mesmo ano, a Delegação de Leiria apenas tinha à sua responsabilidade 2 Projetos, em 2006 passa a ter 3, continuando assim a crescer. Em junho de 2014, e devido à evolução da Investigação e Produção Científica realizada aumentou o número de Projetos e Prémios Científicos, chegando a ter neste momento 16 Projetos a seu cargo.

Para além da tabela que se construiu para conseguir analisar todos os Projetos e Prémios que foram existindo ao longo dos anos e com que saldo encerraram o ano, foi construída uma tabela apenas de controlo de IVA para cada Delegação, para saber efetivamente qual era a parte que competia a cada um.

Ao realizar este tipo de Auditorias foi indispensável o suporte documental, a informação obtida dos professores sempre que necessário, da minha própria colega de trabalho, bem como do suporte informático, pois surgiram dúvidas que precisavam de ser esclarecidas antes de serem consideradas erros e posteriormente fazer a sua devida retificação.

Em seguida apresenta-se um exemplo de uma tabela que inclui todos os Centros de Custos com respectivo saldo final em cada ano, sendo que apenas representa alguns anos, constante mais no anexo, e posteriormente será exposto algumas dúvidas/erros que surgiram e como foram esclarecidas/retificados.

Relatório de Estágio | 2014

Tabela 4 - Quadro resumo da Auditoria à Delegação de Leiria

Fonte: Sistema do IT

	Responsável	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
<i>Projectos</i>									
A	Prof. PA							2.675,89 €	-8.917,13 €
B	Prof. PA							9.255,00 €	30.251,00 €
C	Prof. RC						-2.545,51 €	-16.044,79 €	-6.634,26 €
D	Prof. SF			-400,00 €	-4.845,24 €				
E	Prof. SF					111,24 €	5.111,24 €	484,69 €	
F	Prof. SF						1.829,30 €	-16.873,89 €	4.610,74 €
G	Prof. SF					-2.205,00 €	-8.645,00 €	805,00 €	553,46 €
H	Prof. NR								2.004,49 €
I	Prof. RC	12.010,00 €	2.966,24 €	4.347,54 €	-11.671,75 €	0,00 €			
J	Prof. PA	4.002,39 €	-5.435,45 €	-2.255,28 €	439,67 €				
K	Prof. SF							5.377,56 €	22.991,37 €
L	Prof. RC		2.761,61 €	7.346,57 €	12.413,08 €	12.271,82 €	-1.239,52 €		
M	Prof. SF			-6.086,18 €	-10.719,02 €	10.530,25 €	-4.677,51 €	0,00 €	
N	Prof. SF							546,18 €	419,27 €
O	Prof. RC					-3.729,89 €	-8.991,79 €	0,00 €	
Sub-Total		16.012,39 €	292,40 €	2.952,65 €	-14.383,26 €	16.978,42 €	-19.158,79 €	-13.774,36 €	45.278,94 €
Grupos									

Relatório de Estágio | 2014

Ap_Lr	Prof. PA							802,40 €	1.381,00 €
MSP_Lr	Prof. SF							16.200,06 €	4.674,97 €
Sub-Total								17.002,46 €	6.055,97 €
Prémios Científicos									
PC103	Prof. PA				1.750,00 €	40,66 €		480,33 €	1.753,26 €
PC108	Prof. RC						1.000,00 €	0,00 €	500,00 €
PC116	Prof. SF		0,00 €	60,22 €	810,96 €		-247,96 €	585,37 €	971,41 €
PC176	Prof. NR							833,33 €	1.333,33 €
PC196	Prof. TF								500,00 €
PC220	JSP								
Sub-Total			0,00 €	60,22 €	2.560,96 €	792,70 €		1.899,03 €	5.058,00 €
Comissão de Gestão									
CG-02	Prof. SF							5.309,02 €	4.544,15 €
Sub-Total								5.309,02 €	4.544,15 €
Totais		16.012,39 €	292,40 €	2.952,65 €	-14.323,04 €	19.539,38 €	-18.366,09 €	5.127,13 €	56.392,91 €

Neste caso em concreto, algumas das dúvidas/erros que surgiram remetem ao seguinte:

- Saldos finais que transitaram incorretamente;
- Não serem consideradas todas as despesas imputadas a um determinado centro de custo;
- Soma da mesma entrada de dinheiro repetidamente no mesmo centro de custo;
- A não consideração do IVA em determinadas despesas;
- O porquê de determinados valores não serem imputados na sua totalidade a determinados centros de custos;
- Existirem valores que não aparecerem nos mesmos anos no relatório da Auditoria e no relatório já existente.

Nenhum destes erros eram considerados de máxima relevância, pois tratava-se de erros de baixo valor, contudo procedeu-se a retificação dos mesmos, e em concordância com o Coordenador do IT-Pólo de Coimbra foram considerados no saldo final de 2013 (Saldo Inicial de 2014) para assim se começar ano 2014 com o máximo rigor possível, tendo assim um informação mais verdadeira e fidedigna.

Todas as alterações foram comunicadas a cada Professor Investigador Responsável, sendo explicado cada uma delas, e assim terem apurados os saldos finais.

Para que este tipo de erro seja futuramente minimizado ou até mesmo nulo será indispensável um procedimento de controlo interno consistindo a elaboração de relatórios trimestrais ou até se possível mensais, e que ao serem comunicados aos responsáveis estes mesmo colaborem sempre que detetem divergências nas suas medidas de controlo sejam comunicadas o quanto antes para que se efetuem análises e assim se perceber o porquê dessas divergências e se tomem medidas correctivas.

3.1.5. Auditoria aos Projectos do Pólo de Coimbra

Após se ter efetuada a Auditoria às duas Delegações afetas ao Pólo de Coimbra, foi necessário realizar-se a mesma às contas da parte referente apenas a Coimbra. A

base foi a mesma em relação às anteriores Auditorias efetuadas, tendo necessidade de mais rigor uma vez que se pode considerar que todas fazem parte deste mesmo Pólo visto serem geridas todas por este.

O facto de o Pólo de Coimbra ser maior que as Delegações, a atividade de Auditoria tornou-se a mais demorada, uma vez que se realizou a mesma a 55 Centros de Custos, sendo o período objeto de auditoria compreendido dos projetos o ano de 2005. Pode-se dizer que esta precisou de ser elaborada com profundidade e detalhe pois o universo dos projetos era maior e foram surgindo dúvidas.

Neste caso, e mais uma vez surgiram certos erros/dúvidas no geral bastante semelhantes às Auditorias mencionadas anteriormente, tais como:

- Erros na introdução da percentagem de IVA a ser considerada;
- Valores que transitaram incorretamente de ano para ano;
- A imputação de determinadas despesas nos centros de custos incorretos;
- Diferença de valores em relação aos registos informáticos e suporte documental;
- Não serem consideradas despesas nos anos devidos, sendo que o saldo final diferia da realidade; e
- Soma de receitas repetidamente.

Mais uma vez, dividiu-se os valores do IVA, pois para além de todas as importâncias devidas serem saldadas e recebidas por Coimbra tinha-se como principal objetivo conseguir perceber ao pormenor o que consistia a cada centro de Investigação. Para isso, criou-se uma tabela onde constam todos os anos desde 2005, pois apenas nesta data se consegue informação para ser calculado, com uma coluna que contém o IVA liquidado, uma de IVA dedutível e finalmente a coluna Saldo, seguidamente apresentamos a tabela para assim se perceber melhor.

Tabela 5 - Tabela resumo de IVA apurado em cada Ano**Fonte:** Sistema do IT

	Iva Dedutível	Iva Liquidado	Saldo
Ano 2005			
Ano 2006			
Ano 2007			
Ano 2008			
Ano 2009			
Ano 2010			
Ano 2011			
Ano 2012			
Ano 2013			
Ano 2014			
<i>Totais</i>			

Tabela 6 - Tabela de Receitas referente a 2005

Fonte: Sistema do IT

Receitas 2005

Data Mov.	Entidade Pagadora	Descrição	Valor	IVA %	IVA
18-09-2005	CGD	Abertura de conta	0,00	0,00%	
19-09-2005	IT-LX	Prestação do projecto ILASH	4.776,84	0,00%	
10-10-2005	IT-LX	Prestação do projecto H2M	6.300,00	0,00%	
10-10-2005	IT-LX	Interpolos	307,73	0,00%	
14-11-2005	FCT	Projecto do Pólo de Aveiro	15.825,40	0,00%	
14-12-2005	FCT	1ª prestação (=20%)	3.000,00	0,00%	
02-02-2005	BCP	Abertura de conta	50.000,00		
16-02-2005	BCP	Deposito	130.000,00		
01-04-2005	CGD	Rendfundo	4,45		
01-07-2005	CGD	Fundo CXG Rend.	1,69		
29-07-2005	BCP	Deposito	80.000,00		
03-08-2005	CIMPOR	Prestação	3.030,25	19,00%	483,82
31-08-2005	CIMPOR	Prestação	3.787,77	19,00%	604,77
31-08-2005	CIMPOR	Prestação	3.081,18	21,00%	534,75
16-09-2005	SOPORCEL	Prestação	3.337,95	19,00%	532,95
03-10-2005	CGD	Rendfundo	4,30		
10-10-2005	IT-Aveiro	Interpolos (Rel. Maio 2005)	724,50		
10-10-2005	IT-LX	Interpolos (Rel. Jun 2005)	307,73		
18-10-2005	IT-LX	Prestação do projecto ILASH	4.776,84		
24-10-2005	IT-LX (Lab.Ass.)	Prémio Científico	1.000,00		
09-11-2005	CIMPOR	Prestação	3.081,18	21,00%	534,75
28-11-2005	IT-LX (Lab.Ass.)	Interpolos (Rel. Set 2005)	1.959,81		
30-11-2005	CIMPOR	Prestação	3.851,43	21,00%	668,43
16-12-2005	CGD	Resgate de fundo invest.	50.409,64		
31-12-2005	CGD	Juros	13,94		
07-01-2005	IT Lisboa	Contas Interpólos, Out. 2004	958,41	0,00%	0,00
14-01-2005	ISR	Gestão da Rede (acerto final)	1.292,63	19,00%	206,39
18-01-2005	CIMPOR	Prestação	2.885,95	19,00%	460,78
19-01-2005	SOPORCEL	Prestação	3.272,50	19,00%	522,50
31-01-2005	France Telecom	Patrocínio + inscrição	3.910,00	0,00%	0,00
20-02-2005	CIMPOR	Prestação	3.475,04	19,00%	554,84
07-02-2005	IT Lisboa	Contas Interpólos, Nov.2004	979,90	0,00%	0,00
25-02-2005	IT Lisboa	Inscrições p/cartão da ECUMN	537,88	0,00%	0,00
10-02-2005	BCP	Resgate da conta a prazo	150.315,07		
24-03-2005	PEGOP	Prestação	3.409,03	19,00%	544,30

20-04-2005	CIMPOR	Prestação	3.030,25	19,00%	483,82
18-03-2005	Dir. Geral do Tesouro	Prestação do Projecto VISEF	2.626,39	0,00%	
24-06-2005	SOPORCEL	Prestação	3.337,95	19,00%	532,95
21-06-2005	CIMPOR	Prestação	3.787,77	19,00%	604,77
07-06-2005	CIMPOR	Prestação	3.030,25	19,00%	483,82
26-04-2005	José Pina	Reposição	100,00	0,00%	
25-04-2005	IT Lisboa	Contas Interpólos, Jan.2005	778,27	0,00%	
29-04-2005	Dir. Geral do Tesouro	Encerramento do ano 2002	10.349,97	0,00%	
28-06-2005	PEGOP	Prestação	3.409,03	19,00%	544,30
06-06-2005	IT-LX (Lab.Ass.)	Prémio Científico	1.000,00		
26-08-2005	PEGOP	Prestação	3466,32	21,00%	601,59
28-11-2005	PEGOP	Prestação	3.466,32	21,00%	601,59
				Total	9.501,12 €

A tabela anterior permite perceber, e neste caso em concreto no ano de 2005, a forma como se apurou os valores do IVA Dedutível, que consiste simplesmente na soma de todo o IVA apurado nas receitas deste mesmo ano.

Nos anexo, serão apresentados relatórios de uma forma mais completa para assim se entender melhor o trabalho desenvolvido em cada auditoria realizada.

3.1.6. Pedidos de Pagamento à Fundação para a Ciência e Tecnologia

Uma das atividades solicitada foi desenvolver no decorrer do estágio foi a realização de pedidos de pagamento à Fundação para a Ciência e Tecnologia, doravante denominada por FCT.

Ora, um pedido de pagamento consiste num quadro resumo no qual são expostas todas as despesas referentes a um determinado projeto, projeto este que já passou por uma fase de concurso e a sua devida aprovação, e que após mediante aprovação é remetido a verba atribuída ao mesmo.

Nas normas de execução financeira da FCT, artigo 1º, n.º1, pode-se ler mais explicitamente sobre o assunto:

“1. Âmbito do financiamento

1.1. As verbas atribuídas destinam-se a financiar as despesas do projeto aprovado, com observância da legislação em vigor, do Regulamento de acesso a financiamento de

projetos de investigação científica e desenvolvimento tecnológico (IC&DT) aplicável, dos termos contratados, condições e orçamento previstos.

1.2. O(a) Investigador(a) Responsável (IR), é corresponsável, com a Instituição Proponente (IP), pela candidatura e direção do projeto e pelo cumprimento dos objetivos propostos e das regras subjacentes à concessão do financiamento.

1.3. A duração máxima dos projetos é de três anos, prorrogável, no máximo, por mais um ano (ou outro período estabelecido em aviso de abertura de concurso), em casos devidamente justificados e quando solicitado antes do termo da duração inicialmente autorizada.

1.4. Para além de outras obrigações definidas nos Regulamentos aplicáveis, os beneficiários ficam obrigados a não afetar a outras finalidades, durante o período de vigência do projeto, os bens e serviços adquiridos no âmbito do mesmo, não podendo, igualmente, os mesmos ser locados, alienados ou por qualquer modo onerados, no todo ou em parte, sem autorização prévia da FCT.

1.5. Os beneficiários ficam, ainda, obrigados a manter o investimento participado afeto à respetiva atividade e, quando aplicável, com a localização geográfica definida no projeto, pelo menos durante cinco anos, contados a partir da conclusão do projeto.”

Tabela 7 - Exemplo de um Pedido de Pagamento

Fonte: Portal da FCT

FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

Pedido de Pagamento N.º 7

Identificação do Financiamento:

Referência: PEst-OE/EEI/LA0008/2013

Título: Projecto Estratégico - LA 8 - 2013-2014

Investigador Responsável: Carlos Salema

Instituição Proponente: Instituto de Telecomunicações (IT)

Mapa Resumo da Despesa Apresentada

Rúbrica Orcamental	Montante de Despesa Apresentada
Recursos Humanos	14542.50 €
Missões	9069.44 €
Consultores	0 €
Aquisição de bens e serviços e outras despesas correntes	14554.58 €
Registo de patentes	141.96 €
Adaptação de edificios	0 €
Encargos Gerais	0 €
Equipamentos	14929.96 €
Total	53238.44 €

Relatório de Estágio 2014

Nº	Descrição	Rubrica (U)	Contratação Pública		Fornecedor			Documento de Despesa							Documento de Quitação				Pagamento			Registo Contabilístico			Taxa Imposta	Valor a Incluir	Certificação		Anotação?					
			Nº	Data	NIPC	ET	Denominação	Tipo (2)	Nº	Data	Comp.	Valor Total com IVA	Valor da Nota sem IVA	Valor IVA	Taxa IVA (%)	Valor Líquido	Tipo (3)	Nº	Data	Valor Documento com IVA	Recibo pago via Internet?	Tipo (4)	Referência	Data			Nº Extracto Bancário	Valor Pago		Nº Conta	Data	Nº Lançamento	Código	Obs.
625	Investigação de Lata Olfactiva - Condiciona - Doc 2161 2013 - para medição e a aprovação do de artigo - Lata 15 e 17 de Ater) de 2013 - pagamento antecipado por aprovação da organização	M	sa		30797171		Unizoa	FT	V101 2013061	08-06-2013	22013	300.00	300.00	0.00	0.00	300.00	TR	ID: 13580801 22160	11-01-2013	300.00	N	TR	Doc 2161 15 104	11-01-2013	012013	300.00	6399.9	11-01-2013	22013	300.0000	300.00	5		N
626	Homenagem - Advogada - processo de reconhecimento de boia de investigação e análise de cartas e enviar para empresa fornecedora de equipamento	AQ	sa		23473227		Vera Ferraz Taktin	NOI	42013	23-01-2013	42013	175.00	175.00	0.00	0.00	175.00	TR	ID: 13590485 1563	23-01-2013	175.00	N	TR	Homenagem	23-01-2013	012013	175.00	6224	23-01-2013	42013	300.0000	175.00	5		N
627	Reparação de computador que estava do invólucro de Lata 15 - pagamento antecipado por aprovação da empresa	AQ	sa	nd	il	Sony Europe Limited	FT	226425	04-10-2013	412013	143.52	143.52	0.00	0.00	143.52	TR	ID: 13590669 41572	14-12-2012	143.52	N	TR	Ref: 4022188	14-12-2012	122012	143.52	6389.1	14-12-2012	122012	300.0000	143.52	5		N	
628	Hilite de corcho Avion - Coimbra - Maria Liliara Ferraz Gueiros	M	sa		199809976		Maria Liliara Ferraz Gueiros	FR	386734774	24-01-2013	82013	14.20	14.20	0.00	0.00	14.20	TR	ID: 13600393 17211	24-01-2013	14.20	N	TR	Rembolso	24-01-2013	012013	14.20	6251.4	24-01-2013	82013	300.0000	14.20	5		N
629	Hilite de corcho Coimbra - Avion - Maria Liliara Ferraz Gueiros - para participação em formação platéum e de empresa pública - (CJ) em Avion - dia 28 de Janeiro 2013	M	sa		199809976		Maria Liliara Ferraz Gueiros	FR	4030-55002155 486	24-01-2013	842013	14.20	14.20	0.00	0.00	14.20	TR	ID: 13600393 17211	24-01-2013	14.20	N	TR	Rembolso	24-01-2013	012013	14.20	6251.4	24-01-2013	842013	300.0000	14.20	5		N
630	Hilite de investigação Bo-DC - Janeiro 2013 - André Figueiredo Pereira	III	sa		223065204		André Figueiredo Pereira	NO	142013	25-01-2013	142013	385.00	385.00	0.00	0.00	385.00	TR	ID: 13590697 27239	28-01-2013	385.00	N	TR	BOC	28-01-2013	012013	385.00	632201.4	28-01-2013	142013	300.0000	385.00	5		N

(27/28)

A tabela anterior explica-nos de uma forma prática o resultado de um pedido de pagamento após submissão no Portal da FCT.

De uma forma mais resumida, um pedido de pagamento contém como informação:

- N° de ordem (este número é dado pela própria Fundação após a submissão do documento);
- Descrição da despesa (M - caso se refira a uma missão; RH – caso se refira a uma bolsa);
- Fornecedor (NIF caso se aplica e denominação do mesmo);
- Documento de despesa (Tipo, por exemplo fatura; n° do documento; data; n° do comprovante; valores com e sem IVA e taxa do mesmo);
- Documento de quitação (Modo de pagamento; número; data; valor do documento com IVA);
- Pagamento (Tipo; referência; data; n° do extracto bancário e o valor pago);
- Registo contabilístico (N° da conta; data; n° de lançamento);
- Taxa de imputação;
- Valor a imputar;
- Certificação;
- Amostra, caso os mesmos caíam na mesma ao enviar o pedido de pagamento em suporte documento é necessário o envio dos documentos comprovativos da despesa em causa.

Após a submissão do pedido de pagamento no portal da FCT, é necessário identificar quais os números de ordem em que recaiu a amostra para assim serem reconhecidos e carimbados devidamente e enviados posteriormente à FCT, acompanhado por uma declaração do TOC da FCT e todo o pedido de pagamento carimbado e assinado pelo coordenador da Instituição.

Após o envio do pedido de pagamento ficamos a aguardar o resultado da avaliação por parte da entidade, a qual futuramente nos irá transmitir qual as despesas consideradas elegíveis ou não conforme justificação apresentada pelos mesmos.

Posteriormente é feito por parte da mesma o pagamento relativo à despesa apresentada e considerada elegível.

Conforme o artigo 4º, n.º 1 a n.º 9, do Regulamento de Acesso a Financiamento de Projetos de Investigação Científica e Desenvolvimento Tecnológico -2010 (com alterações em 2011), despesas elegíveis e não elegíveis:

1. *São consideradas elegíveis as despesas suportadas pelos/as beneficiários/as e exclusivamente incorridas com a execução do projecto:*
 - a. *Recursos humanos dedicados a actividades de IC&DT, incluindo encargos com bolsiros/as e contratos a termo. O financiamento das bolsas deve obedecer às Normas para atribuição de Bolsas no âmbito de projectos de IC&DT para os projectos referidos na alínea a) do n.º 3 do artigo 1º e às Normas para atribuição de Bolsas no âmbito de Unidades de I&D e Laboratórios Associados para os projectos referidos na alínea b) do n.º 3 do artigo 1º;*
 - b. *Missões no país e no estrangeiro directamente imputáveis ao projecto;*
 - c. *Consultores;*
 - d. *Aquisição de bens e serviços e outras despesas correntes directamente relacionadas com a execução do projecto, e intervenção de revisores oficiais de contas (ROC) ou de técnicos oficiais de contas (TOC);*
 - e. *Registo nacional e no estrangeiro de patentes, direitos de autor, modelos de utilidade e desenhos, modelos nacionais ou marcas quando associadas às outras formas de propriedade intelectual, designadamente, taxas, pesquisas ao estado da técnica, despesas de consultoria;*
 - f. *Adaptação de edifícios e instalações quando imprescindíveis à realização do projecto, nomeadamente por questões ambientais e de segurança, desde que não ultrapassem 10% do custo total elegível do projecto;*
 - g. *Aquisição de instrumentos e equipamento científico e técnico imprescindível ao projecto e que lhe fiquem afectos durante o período da sua execução;*
 - h. *Encargos gerais baseados nos custos reais incorridos com a execução do projecto e a este imputados numa base pro-rata, segundo um método de cálculo justo e equitativo, devidamente justificado e periodicamente revisto, até ao limite de 20% das despesas directas elegíveis da correspondente participação no projecto, podendo a metodologia de apuramento destes encargos vir a ser substituída pela aplicação de um regime forfetário, em função da realização das despesas directas do projecto, em condições a definir pelo Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional, IP (IFDR).*
2. *(Revogado)*
3. *Para determinação do valor das despesas elegíveis comparticipáveis, é deduzido o Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) sempre que a entidade beneficiária (proponente ou participante) seja sujeito passivo desse imposto e possa exercer o direito à respectiva dedução.*

4. *A elegibilidade das despesas é determinada pela sua natureza, razoabilidade e adequação à legislação aplicável.*
5. *Apenas podem ser financiadas despesas suportadas por facturas ou documentos equivalentes, nos termos do artigo 29º do Código do IVA e recibos ou documentos de quitação equivalentes, devendo estar cumpridos todos os imperativos fiscais, definidos no artigo 36º do referido Código, bem como respeitar os normativos em termos de contratação pública (quando aplicáveis).*
6. *O Edital de Abertura do Concurso pode limitar a tipologia de despesas elegíveis referidas no ponto 1 deste artigo.*
7. *Em caso algum pode haver sobrefinanciamento dos projectos, não podendo os custos elegíveis efectivamente financiados no âmbito do presente Regulamento ser objecto de financiamento por qualquer outro programa nacional ou comunitário.*
8. *Não são aceites como elegíveis despesas anteriores à data de início do projecto referida no Termo de Aceitação.*
9. *Constituem despesas não elegíveis, para além das consideradas no Despacho do Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional n.º 10/2009, de 24 de Setembro, as transacções entre as entidades participantes no projecto.*

De referir que, como se pode observar no n.º1, alínea d), após submissão do pedido de pagamento e para que este seja devidamente considerado para análise por parte da Fundação para a Ciência e Tecnologia, é indispensável o envio via CTT da certificação de todas as aquisições e despesas efetuadas no projeto em causa por parte do Técnico Oficial de Contas responsável pela parte financeira da instituição.

3.1.7. Relatório de Final de Contas

Para finalizar o estágio foi-me pedido, e uma vez que já tinham sido realizadas as Auditorias a todos os centros de custos do IT-Pólo de Coimbra, que fosse realizada o Relatório de Final de Contas relativamente ao ano de 2013, com os saldos devidamente retificados.

O Fecho de Contas consiste numa atividade de controlo implementada no IT-Pólo de Coimbra para assim confrontar os saldos bancários e todas as despesas, receitas e saldos de projetos existente no final de cada ano. Este tipo de atividade permite perceber a veracidade dos saldos contabilísticos face aos bancários.

O Relatório de Final de Contas consiste em realizar o apuramento para que o Saldo da Comissão Gestão seja igual ao Saldo de Gestão. De referir que o Saldo da Comissão de Gestão se refere ao Saldo Inicial de 2013 (Saldo Final de 2012) somando todas as receitas e subtraindo as despesas. Por Saldo de Gestão compreende-se o saldo resultante da soma dos saldos bancários subtraídos dos valores por descontar, pagos em 2014, do saldo dos grupos de investigação, do saldo das contas Inter-Pólos e saldo do IVA. As contas Inter-Pólos consistem nos valores do TOC e ROC que são partilhados entre os três Pólos (Aveiro, Coimbra e Lisboa).

Para tal, foi necessário apurar o Saldo das Comissões de Gestão, sendo que as mesmas se dividem em quatro, denominadas CG-0, CG-01, CG-02, CG-03. O Centro de Custo Comissão de Gestão existe de forma a fazer face a despesas que digam respeito ao bom funcionamento das delegações, incluindo despesas que não são afetas a nenhum projeto em concreto mas que existam, como por exemplo pagamento de serviços de limpeza, salários de funcionários, etc. Estas são divididas em quatro, pois são referentes à Delegação da Covilhã, Delegação de Leiria e IT-Pólo de Coimbra, sendo que Coimbra possui dois destes Centros de Custos, pois uma consiste em fazer face a despesas relativas apenas ao Pólo de Coimbra e outra que faça face a despesas das três Delegações. Tarefa facilitada uma vez que existia a referência as Auditorias feitas às mesmas. Posto isto, apenas foi necessário somar as receitas e despesas referentes ao ano em causa para se obter o Saldo da Comissão de Gestão.

Seguidamente foram considerados os valores dos Saldo Bancários a 31-12-2013, analisados todos os valores por descontar, pagos em 2014, ou seja, todas as despesas que referentes a 2013 mas que por motivos diversos apenas foram saldadas em 2014, calcular o saldo global dos grupos de investigação e projetos e por fim apurar os saldos das contas Inter-Pólos em dívida, que neste caso concreto se referia aos meses de Novembro e Dezembro de 2013, chegando por fim ao Saldo de Gestão.

Junta-se em anexo o relatório de final de contas de 2013 para se ter uma noção real do trabalho desenvolvido.

Após a análise e do apuramento de ambos os saldos, surgiu uma diferença de 317,82€. Devido ao tempo limitado do decorrer do estágio não foi possível analisar de forma mais pormenorizada tal diferença, mas que para além de existir concluímos que

seria uma diferença de pouco relevo em relação aos valores manipulados pela Instituição.

Este tipo de atividade é essencial para se perceber se realmente todo o trabalho de desenvolvido e finalizado pela Auditoria estão coerentes, se realmente não existem falhas nos valores considerados e perceber se não existe qualquer tipo de desvio em relação às contas bancárias.

3.1.8. Atividades diversas

Para além das Reconciliações Bancárias, Relatórios a cada Centro de Custo, Auditorias desenvolvidas, dos Pedidos de Pagamentos elaborados e do Relatório de Fecho de Contas foi necessário elaborar todas as tarefas de expediente para o bom funcionamento dos serviços administrativos.

As tarefas que me foram confiadas abrangeram a receção e conferência de documentação; registos contabilísticos; atualização das bases de dados; elaboração de contratos de bolsas; publicação de editais; ajuda em vários pedidos de pagamento a outras instituições e atualização de inventário.

Todas estas tarefas são essenciais para o funcionamento da Instituição, para haver rigor e concordância nos registos e documentação apresentada, só assim é possível a realização de todas as tarefas de controlo que mencionei anteriormente.

3.2. Aspetos Críticos

Controlo e Auditoria são atividades essenciais para o bom funcionamento de uma organização. Cada vez mais este tipo de atividade é praticado para que exista uma maior fiabilidade na informação financeira e que a margem de erro seja menor.

Ao longo dos anos foram surgindo vários métodos de controlo, várias normas de auditoria e vários exemplos que ajudam a elaborar um bom sistema de controlo interno, sendo certo que, cada empresa é uma empresa, cada uma deve adaptar o melhor para a sua entidade. O sistema de controlo interno em vigor nas entidades tem que estar em concordância com a sua realidade para assim ser possível a sua aplicação e serem atingidos os objetivos definidos inicialmente.

No contexto de hoje é fundamental todas as entidades terem noção de que apenas é possível existir rigor quando se trabalha para isso, quando medidas de controlo são aplicadas e decisões são tomadas com base em informação financeira fidedigna.

No que se refere ao IT-Pólo de Coimbra, já existiam alguns métodos de controlo, desde relatórios anuais, conciliações bancárias e fecho de contas, para além desta última não ser realizada há dois anos. Por esse mesmo motivo os erros encontrados não serem de importância demasiada alta.

A modo de melhoria seria fundamental todos os colaboradores participarem nesses métodos existentes, para assim os mesmos serem mais eficientes e eficazes, ou seja, há um *feedback* contínuo e coerente.

Em sugestão de melhoria seria fundamental existirem atividades de controlo e relatórios mensais a cada projeto, independentemente de existir pouco ou muito movimento de saldo, ser possível as conciliações serem realizadas a chegada de cada extrato, existir atividade de auditoria no final de cada ano a cada projeto e fundamentalmente e como já anteriormente mencionada que todos os investigadores responsáveis por cada projeto contribua com o seu parecer em cada relatório, para que caso existam erros estes sejam imediatamente corrigidos.

Um sistema de controlo apenas funciona quando todos trabalham para o mesmo fim, sendo que quando apenas alguns se preocupam é certo a existência de falhas.

Mas acima de tudo é de referir que o IT-Pólo de Coimbra tem como base o rigor, fazendo o sucesso da Instituição.

Bibliografia

- Berenguer Durá, María Magdalena (1997), “Auditoría”, Editorial Editex,SA;
- Boynton, Johnson & Kell (2002), “Auditoria”, Atlas;
- Coopers & Lybrand (1997), “Los Nuevos Conceptos del Controllo Interno”, Diaz de Santos;
- Costa Baptista, Carlos (2010), “Auditoria Financeira – Teoria & Prática”, 9ª Edição, Rei dos Livros;
- Manual de Auditoria e de Procedimentos – Volume I, Tribunal de Contas (2009);
- Marques, Madeira (1997), “Auditoria de Gestão”, 1ª Edição, Editorial Presença;
- Morais e Martins, “Auditoria Interna – Função e Processo”, 2007, Áreas;
- Pierucci, Antonio (1977), “Roteiro de Auditoria Contábil”, Editora McGraw-Hill do Brasil, Ltda;
- Revista Revisores e Auditores, Janeiro_Março 2014;
- Seres, Juan Manuel Lazcano , “El Manejo de las Organizaciones y su Auditoría Interna”, 1995, McGraw-Hil Interamericana de México, SA;
- Vázquez Hevia, Eduardo (1999), “Concepto Moderno de la Auditoría Interna”, Instituto de Auditores Internos de Españã.
- www.thinkfn.com/wikibolsa/Controllo_interno#Controllo_interno_de_acordo_com_o_IIA, Think Fin, consultado a 6 de Setembro;
- www.oisccplp.org/cplp/a-organizacao/glossarios.htm, INTOSAI, consultado a 6 de Setembro;
- www.oroc.pt/fotos/editor2/Revista/64/Auditoria.pdf, Emília Gomes consultado a 10 Setembro;
- www.estig.ipbeja.pt/~ombr/audaulas/AudST3.PDF, ESTIG, consultado a 10 Setembro;
- images.slideplayer.com.br/8/2305454/slides/slide_13.jpg, Secretaria Federal de Controllo Interno, consultado a 10 Setembro;

- www.compliancysoftware.com/images/ERM/COSO_ERM.gif, COSO, consultado a 11 de Setembro;
- www.fct.pt/, FCT, consultado a 11 de Setembro ;
- www.oroc.pt/, OROC, consultado a 11 de Setembro;
- www.tce.mg.gov.br/projetoauditar/normas/Normas%20de%20Auditoria%20e%20C%3%B3digo%20de%20C%89tica%20INTOSAI.pdf, INTOSAI, consultado a 11 de Setembro;
- www.na.theiia.org/Pages/IIAHome.aspx, IIA, consultado a 6 de Setembro;
- www.ifac.org/, IFAC, consultado a 12 de Setembro;
- www.iapmei.pt/, IAPMEI consultado a 9 de Setembro.

Normas e Regulamentos:

- *Diário da República, 2ª Série – N.º 164 – 27 de Agosto de 2013*, Regulamento n.º 326/2013;
- DRA 300 (1999) - Planeamento;
- DRA 410 (2000) - Controlo Interno;
- Estatuto do Bolseiro de Investigação, Instituto de Telecomunicações;
- Guião para elaboração e submissão de propostas de projetos de IC&DT (2013);
- ISA 300 (2009) – Planear uma Auditoria das Demonstrações Financeiras;
- ISA 315 (2009) (Clarificada) – Identificar e Avaliar os Riscos de Distorção por Meio da Compreensão da Entidade e do seu Ambiente;
- ISA 500 (2009) – Prova de Auditoria;
- Regulamento de Acesso a Financiamento de Projetos de Investigação Científica e Desenvolvimento Tecnológico -2010 (com alterações em 2011);
- Regulamento Interno do Pólo de Coimbra;

ANEXOS

Anexo 1 - Tabela de Saldos Iniciais e Cabimentos

Centros de Custo	Responsável	Entradas em 2013	Despesas 2013	Sf a31-12-13	Despesas 2014	Entradas em 2014	Valores atribuídos (Não Recebidos)	Cabimento	Saldo actual
<i>Base</i>									
OCP-Co									
AM-Co									
AP-Lr									
AP-Co									
PS-Co									
MSP-Co									
MSP-Lr									
<i>PCs</i>									
PC032									
PC038									
PC046									
PC055									
PC073									
PC079									
PC091									
PC103									
PC108									
PC115									
PC116									
PC119									
PC125									
PC165									
PC166									
PC175									
PC176									
PC177									
PC196									
PC200									
PC201									
PC219									
PC220									
<i>Projectos Internos</i>									
3DVQM									
Hydra-Rof									
Glances									
Letsread									
Medicomp									
Muvidisco									
NG-Cos									
OPAC									
TRAP									

Anexo 2 - Tabela de Controlo de Conciliação Bancária (Exemplo)

CGD Geral					
	Saldo inicio mês	Receitas	Despesas	Saldo banc fim mês	Consolidação
Janeiro					
Fevereiro					
Março					
Abril					
Maio					
Junho					
Julho					
Agosto					
Setembro					
Outubro					
Novembro					
Dezembro					

CGD Projectos					
Mês	Saldo inicio mês	Receitas	Despesas	Saldo banc fim mês	Consolidação
Janeiro					
Fevereiro					
Março					
Abril					
Maio					
Junho					
Julho					
Agosto					
Setembro					
Outubro					
Novembro					
Dezembro					

Relatório de Estágio | 2014

Anexo 3 - Base de Dados de registo de todas as Despesas (Exemplo)

Nº de Ordem	NIF	Nome F	DD Tipo	DD N.º	DD Data	DD Valor (s/ IVA)	IVA %	DD Valor	Imputação	Valor a Financiar	Rúbrica da despesa	Observações	Centro de Custo	Ch. N.º/ Transf	Data	IVA
3/2013																
19/2013																
20/2013																
30/2013																
34/2013																
41/2013																
43/2013																
44/2013																
56/2013																
57/2013																
57/2013																
58/2013																
59/2013																
66/2013																
66/2013																
79/2013																
94/2013																
95/2013																
104/2013																
104/2013																
105/2013																
115/2013																
116/2013																
116/2013																
120/2013																
128/2013																
129/2013																
132/2013																

Anexo 5 - Tabela Base nas Auditorias (Saldos Finais)

		2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Projectos	Responsável								
3Dimage									
3DVQM									
ADCOD									
Artelecom									
Capes									
Comuvi									
Dvb_probe									
EPIC									
GrFor									
H2M									
Muvidisco									
RMOM1									
Scode									
Segurmet									
SGF									
Sub-Total									
Grupos									
Ap_Lr									
MSP_Lr									
Sub-Total									
Prémios Científicos									
PC103									
PC108									
PC116									
PC176									
PC196									
PC220									
Sub-Total									
Comissão de Gestão									
CG-02									
Sub-Total									
Totais									

Anexo 6 - Exemplo de Resumo do Fecho de Contas

Rúbricas	Responsável	Saldo Inicial (a 31-12-2012)	Receitas	Despesas	Saldo Final 31/12/2013
	Total	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €

Resumo	
Saldo Inicial CG	
Receitas (Juros+OH)	
Iva/Dedutível	
Total 1	
Despesas	
Iva/Liquidado	
Total 2	
Total (1) -(2)	
Saldo Gestão 13	
Dif	317,82 €

Anexo 7 - Exemplo de Relatório de Fecho de Contas

Relatório de fecho de contas de 2013

I) Saldo de Gestão

(1) Saldos Bancários:

1.1 CGD

(a) Conta à ordem: -----€

1.2 CGD Projectos

(a) Conta à ordem: -----€

(2) Valores por descontar, pagos em 2014 (CGD, CGDP): (--- €) + (--- €) = --- €

(3) Saldo global dos Grupos de Investigação e Projectos: ---- €

(ver no Anexo 1 a lista dos saldos dos Grupos de Investigação e Projectos)

Cálculo do Saldo de gestão:

(1) - (2) - (3) = (---- €) - (---- €) - (----- €) = (----- €)

II) Dívidas a Terceiros

(1) Dívida acumulada ao DEEC-FCTUC: ---- €

(Ver no Anexo 2, detalhes das contas com o DEEC-FCTUC)

IV) Saldo Inter pólos

(----- €) Dívida a 31/12/2013– Valor correspondente aos meses de Novembro e Dezembro de 2013.

Coimbra 8 de Julho de 2014,

Anexo 1 – Saldos dos Grupos e Projectos em 31-12-2013

Valores em Euros

Rúbricas	Responsável	Saldo Inicial 31/12/2012	Saldo Final 31/12/2013
<i>Grupos</i>			
OCP-Co			
AM-Co			
AP-Lr			
AP-Co			
PS-Co			
PS-Cv			
MSP-Co			
MSP-Lr			
MSP-Cv			
NAP-Cv			
PIA-Cv			

AM-Cv			
<i>PCs</i>			
PC001			
PC010			
PC032			
PC038			
PC046			
PC055			
PC073			
PC076			
PC079			
PC087			
PC091			
PC094			
PC103			
PC108			
PC115			
PC116			
PC119			
PC125			
PC149			
PC157			

PC165			
PC166			
PC171			
PC175			
PC176			
PC183			
PC177			
PC184			
PC190			
PC192			
PC194			
PC196			
PC200			
PC201			
PC209			
PC219			
PC220			
PC232			
<i>Projectos</i>			
3D Image			
3DVQM			
ADCOD			

AVATAR			
BITIC 2009			
BITIC 2010			
CAPES			
CATARATA			
CIMPOR			
CELBI			
CIMPOR/CPA			
COMUVI			
Conftele 2013			
COST IC1105			
DVB-Probe			
Ersatricom			
EPIC			
EPS			
FAULTHEV			
Hesitações			
Homar			
ILASH			
Meta-ID			
MIIT			
MOGGY			

Multilevelconv			
Muvidisco			
Nonlocal			
Necovid			
Noisyris			
NG-Cos			
PEGO			
PDOC			
PIONEER			
Propor2012			
Price			
QEEM			
RoFnet			
Segurmet			
Soft SIM CardDecelopment			
Tice.Healthy			
TransfomationElectronics			
Transfo			
Dermclass			
UDICMI			
Total			

Anexo 2 – Dividas ao DEEC-FCTUC

A 31-12-12

Resumo de Contas

Dívida transitada ----- €

Custos de Secretariado ----- €

Dívida actual ----- €